

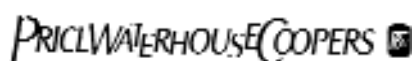
Parecer dos Auditores Independentes

4 de fevereiro de 2002

**Ao Conselho de Administração
e aos Acionistas**

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e os balanços patrimoniais consolidados da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das companhias, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras dos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira.
- 4 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado), do valor adicionado (controladora e consolidado) e da segmentação de negócios (consolidado), que estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Companhia, não são requeridas como parte das demonstrações contábeis. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado), do valor adicionado (controladora e consolidado) e da segmentação de negócios (consolidado) foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes
CRC-SP-160-S-RJ

Marcos D. Panassol

Sócio
Contador CRC-SP-155.975/0-8-S-RJ

Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

(Em milhares de reais)

Ativo	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Circulante				
Caixa e bancos	1.818.037	671.160	1.368.121	265.364
Aplicações financeiras	15.289.588	10.720.258	13.738.201	9.908.381
	17.107.625	11.391.418	15.106.322	10.173.745
Contas a receber:				
Clientes	5.112.876	3.652.674	1.521.153	1.870.721
Subsidiárias, controladas e coligadas, principalmente por vendas (nota 7d)	235.727	141.295	1.262.002	1.499.031
Outras contas a receber	1.233.124	640.498	833.757	511.472
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(130.224)	(110.921)	(60.391)	(52.189)
	6.451.503	4.323.546	3.556.521	3.829.035
Dividendos a receber de investimentos relevantes (nota 7d)			723.667	285.298
Estoques (nota 4)	7.165.857	6.560.016	6.231.071	5.780.276
Impostos a recuperar	1.478.163	786.451	1.014.616	553.175
Despesas antecipadas	693.419	304.034	616.726	341.160
Outros ativos circulantes	1.036.587	991.719	458.489	394.119
Total do Circulante	33.933.154	24.357.184	27.707.412	21.356.808
Realizável a Longo Prazo				
Financiamento líquido em parcelas	297.524	215.932	32.410	58.601
Contas petróleo e álcool - STN (nota 5)	187.440	2.951.336	187.440	2.951.336
Titulos e valores mobiliários (nota 3)	706.781	7.059.283	212.780	15.118
Subsidiárias, controladas e coligadas (nota 7d)	334.588	166.126	7.699.023	9.229.239
Adiantamentos para aumento de capital (nota 7d)	276.995	1.678	416.172	1.678
Empreendimentos em negociação (nota 6a)	421.416	405.563	421.416	405.563
Ressarcimentos a receber (nota 6b)	363.702	134.610	363.702	134.610
Adiantamentos a fornecedores (nota 7d)	866.528	739.288	866.528	739.288
Depósitos judiciais	623.959	350.005	497.661	220.793
Investimentos em empresas privatizáveis (nota 7e)	477.669	497.487	2.544	2.689
Despesas antecipadas (nota 8e)	729.381	880.972	580.300	828.720
Adiantamento para migração - plano de pensão (nota 3)	2.543.802		2.543.802	
Impostos e contribuições sociais diferidos (nota 11b)	2.703.039	2.496.183	2.021.861	1.983.999
Depósito compulsório ELETROBRAS	87.074	77.524	87.074	77.524
Outros ativos realizáveis a longo prazo	1.067.072	636.887	739.390	269.744
Total do Realizável a Longo Prazo	11.686.970	16.612.874	16.672.103	16.918.902
Permanente				
Investimentos				
Subsidiárias e coligadas (notas 7b e 7e)	624.302	675.881	8.463.442	9.657.008
Outros investimentos	733.397	170.806	30.737	42.132
Imobilizado (nota 8)	27.742.308	24.647.328	18.698.732	16.627.853
Diferido	438.465	515.063	310.392	415.784
Total do Permanente	29.538.472	26.009.078	27.503.303	26.742.777
Total do Ativo	75.158.596	66.979.136	71.882.818	65.018.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Circulante				
Financiamentos (nota 9)	5.132.491	8.082.574	1.538.583	6.028.482
Fornecedores:				
Subsidiárias, controladas e coligadas, principalmente por compras de petróleo e derivados (nota 7d)	36.354	30.344	11.496.228	7.421.968
Fornecedores - outros	4.396.646	3.908.460	2.809.200	2.140.683
Impostos e contribuições sociais a recolher (nota 11a)	4.858.459	3.048.215	3.068.295	2.832.900
Dividendos (nota 14d)	2.557.124	2.453.221	2.513.255	2.432.873
Empreendimento em consórcio (nota 6c)	2.164.000		2.164.000	
Plano de pensão (nota 12a)	271.157	888.634	235.523	888.634
Provisão para férias	398.472	341.549	369.917	319.835
Outras contas e despesas a pagar	2.049.455	1.388.743	1.583.389	1.000.635
Total do Circulante	21.864.158	20.141.740	25.778.390	23.066.010
Exigível a Longo Prazo				
Financiamentos (nota 9)	13.702.646	9.195.891	6.109.007	6.540.204
Subsidiárias, controladas e coligadas (nota 7d)	21.995	20.676	1.895.929	188.940
Impostos e contribuições sociais diferidos (nota 11b)	3.282.901	4.288.851	2.981.830	2.614.998
Plano de pensão (nota 12a)	2.469.780	4.524.995	2.234.799	4.524.995
Plano de saúde (nota 12b)	3.270.699	2.865.079	3.012.241	2.655.999
Outras contas e despesas a pagar	1.058.610	717.464	160.050	168.457
Total do Exigível a Longo Prazo	23.806.631	21.612.956	16.393.856	16.693.593
Resultado de Exercícios Futuros (nota 7c)	478.843			
Participação Minoritária	42.461	278.801		
Patrimônio Líquido (nota 14)				
Capital realizado	13.372.556	13.372.556	13.372.556	13.372.556
Reservas de capital	296.916	72.893	296.916	72.893
Reserva de reavaliação	102.641	103.780	102.641	103.780
Reservas de lucros	15.194.390	11.396.410	15.938.459	11.709.655
Total do Patrimônio Líquido	28.966.503	24.945.639	29.710.572	25.258.884
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	75.158.596	66.979.136	71.882.818	65.018.487

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Receita operacional bruta				
Vendas:				
Produtos	79.722.808	64.134.322	68.111.278	57.106.701
Serviços, principalmente fretes	183.396	127.530	230.840	89.371
	79.906.204	64.261.852	68.342.118	57.196.072
Encargos de vendas	(22.394.611)	(14.479.407)	(19.249.211)	(12.568.415)
Receita operacional líquida	57.511.593	49.782.445	49.092.907	44.627.657
Custo dos produtos e serviços vendidos	(34.855.659)	(28.938.308)	(29.613.058)	(25.686.488)
Lucro bruto	22.655.934	20.844.137	19.479.849	18.941.169
Despesas operacionais				
Vendas	(2.307.093)	(1.570.633)	(1.666.047)	(900.224)
Financeiras (nota 10):				
Despesas	(2.126.598)	(1.718.095)	(1.333.023)	(1.693.408)
Receitas	2.589.957	1.495.412	2.429.836	1.652.212
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(2.376.423)	(1.426.345)	(1.608.795)	(989.149)
Rendimentos dos títulos vinculados à privatização - PND Gerais e administrativas	569.578	532.146		
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(6.003)	(6.597)	(2.419)	(1.832)
De administração	(1.767.034)	(1.161.154)	(1.234.475)	(863.540)
Tributárias	(689.037)	(441.777)	(531.885)	(343.534)
Custos com pesquisas e desenvolvimento tecnológico	(310.445)	(263.299)	(308.888)	(261.689)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás (nota 8c)	(1.075.572)	(1.088.239)	(876.804)	(1.003.988)
Outras despesas operacionais líquidas (notas 3, 5d, 8e, 12a e 12b)	(2.700.853)	(1.461.132)	(2.540.640)	(1.481.847)
	(10.199.523)	(7.109.713)	(7.673.140)	(5.886.999)
Participações em subsidiárias e coligadas (nota 7b)				
Resultado de participações em investimentos relevantes	198.115	257.460	2.530.681	1.252.524
Lucro operacional	12.654.526	13.991.884	14.337.390	14.306.694
Receitas (despesas) não operacionais (notas 7h, 8f e 8h)	1.256.838	346.313	(259.286)	(23.053)
Lucro antes da contribuição social, do imposto de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação minoritária	13.911.364	14.338.197	14.078.104	14.283.641
Contribuição social (nota 11b)	(957.478)	(1.140.562)	(913.577)	(1.058.617)
Imposto de renda (nota 11b)	(2.917.887)	(3.220.979)	(2.490.637)	(2.875.654)
Lucro antes das participações dos empregados e administradores e da participação minoritária	10.035.999	9.976.656	10.673.890	10.349.370
Participações dos empregados e administradores (nota 13)	(416.454)	(209.598)	(380.000)	(190.000)
Lucro antes da participação minoritária	9.619.545	9.767.058	10.293.890	10.159.370
Participação minoritária	247.493	175.334		
Lucro líquido do exercício	9.867.038	9.942.392	10.293.890	10.159.370
Lucro líquido por ação do capital integralizado no fim do exercício - R\$ (nota 14a)	9,08	9,15	9,48	9,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Origens dos recursos				
Das operações sociais:				
Lucro líquido do exercício	9.867.038	9.942.392	10.293.890	10.159.370
Participação dos minoritários	(247.493)	(175.334)		
Resultado de participações em investimentos relevantes	591.773	(257.460)	(2.273.968)	(1.252.524)
Ágio/deságio - amortização	(789.887)		(256.713)	
Dividendos	115.162	74.273	4.229.290	291.021
Depreciação, amortização e custo com abandono	3.449.977	3.418.811	2.258.080	2.442.112
Operações com subsidiárias, controladas e coligadas		2.283	3.478.846	(1.203.219)
Valor residual de bens baixados do ativo	1.020.860	1.824.368	924.384	778.770
Resultado na alienação de plataformas e navios	(593.332)	(359.313)	682	
Variações monetárias, cambiais e rendimentos líquidos de créditos e obrigações de longo prazo	847.270	658.388	774.158	809.939
Complemento de planos de benefícios e outras provisões	891.973	1.034.193	684.051	869.734
Impostos e contribuições sociais diferidos líquidos	618.989	1.363.925	672.365	1.268.513
Efeito no capital circulante líquido decorrente do ajuste de exercícios anteriores	(235.523)		(235.523)	
Varição das contas petróleo e álcool - STN	969.079	196.149	969.079	196.149
Outras origens	1.625.235	149.898	182.299	50.414
	18.131.121	17.872.573	21.700.920	14.410.279
De outras fontes:				
Integralização de capital		48.235		
Financiamentos	5.479.720	2.180.783	102.806	1.318.383
Redução (aumento) no saldo das Contas petróleo e álcool - STN	1.833.078	(671.936)	1.833.078	(671.936)
Receita na alienação de equipamentos	2.593.352	2.439.464	1.012.752	2.439.464
Créditos e subvenções para investimentos	17.564	13.829	17.564	13.829
	9.923.714	4.010.375	2.966.200	3.099.740
Total das origens de recursos	28.054.835	21.882.948	24.667.120	17.510.019
Aplicações de recursos				
Investimentos	766.814	258.847	763.934	44.889
Imobilizado:				
Gastos em exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás	4.029.698	2.612.508	2.680.089	2.308.605
Outros bens	3.560.616	2.681.523	2.408.982	1.590.537
Diferido	284.577	105.762	266.730	96.710
Aumento (redução) de empreendimentos em negociação	1.260.515	1.568.068	1.260.515	1.568.068
Transferência de financiamentos e fornecedores para o passivo circulante	1.902.454	1.979.342	1.342.270	1.655.536
Aumento (redução) do realizável a longo prazo	(6.166.317)	480.383	772.621	125.836
Adiantamento para migração - plano de pensão	2.543.802		2.543.802	
Redução de outras contas do exigível a longo prazo	7.204.837	1.601.694	5.191.912	1.650.228
Dividendos	3.663.079	2.595.080	3.584.143	2.572.678
Dividendos de exercícios anteriores	213.898		213.898	
Variações monetárias e cambiais alocadas no ativo permanente	937.310	455.639		
Total das aplicações de recursos	20.201.283	14.338.846	21.028.896	11.613.087
Aumento no capital circulante	7.853.552	7.544.102	3.638.224	5.896.932
Variações do capital circulante				
Ativo circulante				
No fim do exercício	33.933.154	24.357.184	27.707.412	21.356.808
No início do exercício	24.357.184	14.721.866	21.356.808	12.341.975
	9.575.970	9.635.318	6.350.604	9.014.833
Passivo circulante				
No fim do exercício	21.864.158	20.141.740	25.778.390	23.066.010
No início do exercício	20.141.740	18.050.524	23.066.010	19.948.109
	1.722.418	2.091.216	2.712.380	3.117.901
Aumento no capital circulante	7.853.552	7.544.102	3.638.224	5.896.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (da Controladora)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

(Em milhares de reais)

	Capital Realizado		Reservas de Capital	
	Capital subscrito e integralizado	Correção monetária	Subvenções AFRMM	Incentivos fiscais
Em 31 de dezembro de 1999	13.033.249	339.307	51.757	7.307
Recursos provenientes do AFRMM (nota 14b)			13.829	
Realização de reservas				
Lucro líquido do exercício				
Apropriações do lucro líquido em reservas				
Dividendos propostos (nota 14d)				
Retenção de lucros acumulados				
Em 31 de dezembro de 2000	13.033.249	339.307	65.586	7.307
Ajuste de exercícios anteriores (nota 14c)				
Recursos provenientes do AFRMM (nota 14b)			17.564	
Constituição de reservas				206.459
Realização de reservas				
Lucro líquido do exercício				
Apropriação do lucro líquido em reservas				
Dividendos pagos antecipadamente, atualizados monetariamente (nota 14d)				
Dividendos a distribuir (nota 14d)				
Dividendo complementar de 1998/1999/2000 (nota 14d)				
Retenção de lucros acumulados				
	13.033.249	339.307	83.150	213.766
Em 31 de dezembro de 2001	13.372.556		296.916	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reserva de reavaliação	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Legal	Estatutária	Lucros a realizar	Retenção de lucros		
113.078	758.615	368.055	2.916.432	70.563		17.658.363
(9.298)			(40.489)		49.787	13.829
	507.968	65.166		7.013.558	10.159.370	10.159.370
					(7.586.692)	(2.572.678)
				49.787	(49.787)	
103.780	1.266.583	433.221	2.875.943	7.133.908		25.258.884
					(2.275.013)	(2.275.013)
6.829			(2.875.943)		2.883.911	17.564
(7.968)					10.293.890	213.288
	514.696	65.167		6.129.887	(6.709.750)	10.293.890
					(1.286.089)	(1.286.089)
					(2.298.054)	(2.298.054)
					(213.898)	(213.898)
				394.997	(394.997)	
	1.781.279	498.388		13.658.792		
102.641		15.938.459				29.710.572

Informações Adicionais às Demonstrações Contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício	9.867.038	9.942.392	10.293.890	10.159.370
Ajustes:				
Resultado de participações em investimentos relevantes	591.773	(257.460)	(2.273.968)	(1.252.524)
Ágio/deságio - amortizações	(789.887)		(256.713)	
Variação cambial alocada no ativo permanente	(937.310)	(455.639)		
Participação minoritária	(247.493)	(175.334)		
Depreciação, amortização e custo com abandono	3.449.977	3.418.811	2.258.080	2.442.112
Valor líquido de bens alienados ou baixados	1.802.376	1.465.049	924.384	778.770
Variações monetárias, cambiais e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo	3.169.551	2.552.049	869.867	1.017.134
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos líquidos	618.989	1.363.925	672.365	1.268.513
Variação de contas a receber	(3.085.852)	(1.971.291)	78.710	(783.082)
Variação de estoques	(702.549)	(1.982.938)	(550.158)	(1.565.564)
Variação das Contas petróleo e álcool - STN	2.763.896	(532.109)	2.763.896	(532.109)
Variação de outros ativos	4.055.488	(368.336)	(772.217)	(148.830)
Variação de fornecedores	488.186	1.535.863	668.517	808.733
Variação de impostos, taxas e contribuições	(21.551)	885.612	197.367	928.360
Variação de outros passivos	(2.714.135)	500.329	(3.690.154)	89.106
Variação de operações de curto prazo com empresas subsidiárias, controladas e coligadas:				
Contas a receber	(538.076)	(98.794)	262.755	(555.859)
Contas a pagar	7.329	(1.332)	4.100.639	1.032.807
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	17.777.750	15.820.797	15.547.260	13.686.937
Atividade de financiamento				
Financiamentos e operações de mútuo, líquido	(1.646.830)	(4.202.349)	(2.698.389)	(3.702.521)
Dividendos pagos a acionistas	(3.985.107)	(932.406)	(3.890.571)	(931.365)
Recursos líquidos utilizados na atividade de financiamento	(5.631.937)	(5.134.755)	(6.588.960)	(4.633.886)
Atividade de investimento				
Investimentos em exploração e produção de petróleo e gás	(5.152.426)	(4.163.051)	(4.127.236)	(3.012.648)
Investimentos em refino e transporte	(1.066.977)	(881.613)	(882.624)	(764.107)
Investimento em gás e energia	(696.781)	(226.458)	(253.568)	(41.945)
Outros investimentos	(1.100.017)	(362.866)	(506.997)	(222.041)
Dividendos recebidos	115.162	74.273	273.269	107.920
Empreendimentos em negociação	1.471.433	871.396	1.471.433	871.396
Recursos líquidos utilizados na atividade de investimento	(6.429.606)	(4.688.319)	(4.025.723)	(3.061.425)
Variação líquida no exercício	5.716.207	5.997.723	4.932.577	5.991.626
Caixa no início do exercício	11.391.418	5.393.695	10.173.745	4.182.119
Caixa no final do exercício	17.107.625	11.391.418	15.106.322	10.173.745

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e receitas não operacionais	84.623.752	64.627.670	68.374.769	57.186.012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(53.575)	(89.493)	(8.202)	(12.995)
	84.570.177	64.538.177	68.366.567	57.173.017
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(7.671.475)	(7.545.440)	(6.416.031)	(7.545.440)
Custo das mercadorias - revenda	(12.438.228)	(9.580.251)	(5.940.067)	(6.183.705)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(14.839.889)	(7.754.609)	(10.556.549)	(5.665.996)
	(34.949.592)	(24.880.300)	(22.912.647)	(19.395.141)
Valor adicionado bruto	49.620.585	39.657.877	45.453.920	37.777.876
Retenções				
Depreciação, amortização e custo com abandono	(3.449.977)	(3.418.811)	(2.258.080)	(2.442.112)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	46.170.608	36.239.066	43.195.840	35.335.764
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos relevantes	(591.772)	257.460	2.273.968	1.252.524
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	3.653.901	2.252.232	2.961.566	1.886.578
Amortização de ágios e deságios	789.887		256.713	
	3.852.016	2.509.692	5.492.247	3.139.102
Valor adicionado total a distribuir	50.022.624	38.748.758	48.688.087	38.474.866
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários, vantagens e encargos	2.987.837	2.293.692	2.299.914	1.956.418
Participações dos empregados e administradores	416.454	209.598	380.000	190.000
	3.404.291	2.503.290	2.679.914	2.146.418
Entidades governamentais				
Impostos, taxas e contribuições	24.384.517	16.149.499	23.161.254	16.422.572
Participações governamentais	3.987.536	3.381.962	3.987.536	3.381.962
Imposto de renda e contribuição social diferidos	618.989	1.363.925	672.365	1.268.513
	28.991.042	20.895.386	27.821.155	21.073.047
Instituições financeiras e fornecedores				
Despesas financeiras, juros, aluguéis e afretamentos	8.007.746	5.583.024	7.893.128	5.096.031
Acionistas				
Dividendos	3.663.079	2.595.080	3.584.143	2.572.678
Participação minoritária	(247.493)	(175.334)		
Lucros retidos	6.203.959	7.347.312	6.709.747	7.586.692
	9.619.545	9.767.058	10.293.890	10.159.370
Valor adicionado distribuído	50.022.624	38.748.758	48.688.087	38.474.866

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidada)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2001

(Em milhares de reais)

	E&P	Abast
Ativo	19.947.761	19.205.504
Circulante	3.831.830	9.827.903
Caixa/aplicações financeiras	400	1.283.882
Outros ativos circulantes	3.831.430	8.544.021
Realizável a longo prazo	2.376.983	1.105.964
Contas petróleo e álcool - STN		5.802
Títulos e valores mobiliários		
Outros ativos de longo prazo	2.376.983	1.100.162
Permanente	13.738.948	8.271.637
Demonstração do resultado		
Receita operacional líquida	23.636.847	50.802.785
Intersegmentos	22.915.241	13.472.996
Terceiros	721.606	37.329.789
Custo dos produtos e serviços vendidos	(12.341.090)	(41.207.841)
Lucro bruto	11.295.757	9.594.944
Despesas operacionais	(2.539.985)	(1.995.989)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(315.208)	(1.765.409)
Despesas tributárias		(33.456)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(876.804)	
Custos com pesquisas e desenvolvimento tecnológico	(144.613)	(95.802)
Outras despesas operacionais	(1.203.360)	(101.322)
Lucro (prejuízo) operacional ⁽¹⁾	8.755.772	7.598.955
Despesas financeiras líquidas	(645.518)	(321.960)
Participação em coligadas		98.303
Receitas (despesas) não-operacionais	990.975	107.792
Lucro (prejuízo) antes dos impostos, das participações dos empregados e administradores e da participação minoritária	9.101.229	7.483.090
Imposto de renda e contribuição social	(2.797.566)	(2.435.314)
Participação minoritária	(7)	(2.667)
Participações de empregados e administradores	(185.661)	(113.913)
Lucro líquido (prejuízo)	6.117.995	4.931.196

(1) Antes das despesas financeiras líquidas e da participação em coligadas.

ÁREA INTERNACIONAL ^(*)	E&P	Abast
Ativo	2.407.280	1.442.102
Demonstração do resultado		
Receita operacional líquida	918.685	1.599.114
Intersegmentos	414.006	441.142
Terceiros	504.679	1.157.972
Lucro (prejuízo) operacional	117.510	41.690
Lucro líquido (prejuízo)	326.067	13.732

(*) As premissas utilizadas na elaboração dessa demonstração estão descritas na nota explicativa 17.

Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminações	Total
6.219.390	3.640.957	4.770.263	25.033.089	(3.658.368)	75.158.596
1.409.107	2.260.049	1.366.985	17.347.875	(2.110.595)	33.933.154
149.764	59.089	366.055	15.248.435		17.107.625
1.259.343	2.200.960	1.000.930	2.099.440	(2.110.595)	16.825.529
1.917.170	572.953	252.915	7.006.156	(1.545.171)	11.686.970
			187.440		187.440
	5		700.974		706.781
1.917.170	572.948	252.915	6.117.742	(1.545.171)	10.792.749
2.893.113	807.955	3.150.363	679.058	(2.602)	29.538.472
1.956.074	16.277.968	2.123.834		(37.285.915)	57.511.593
412.777	234.452	250.449		(37.285.915)	
1.543.297	16.043.516	1.873.385			57.511.593
(1.697.491)	(14.803.471)	(1.616.013)		36.810.247	(34.855.659)
258.583	1.474.497	507.821		(475.668)	22.655.934
(168.928)	(1.055.418)	(340.489)	(2.755.228)		(8.856.037)
(99.880)	(964.934)	(137.386)	(797.313)		(4.080.130)
(9.967)	(82.880)	(3.672)	(559.062)		(689.037)
		(198.768)			(1.075.572)
(7.015)	(1.316)	(386)	(61.313)		(310.445)
(52.066)	(6.288)	(277)	(1.337.540)		(2.700.853)
89.655	419.079	167.332	(2.755.228)	(475.668)	13.799.897
(751.407)	(7.307)	(5.333)	381.297	6.742	(1.343.486)
(1.607)	7.359	(205.681)	299.741		198.115
3.081	150.120	220.201	(81.022)	(134.309)	1.256.838
(660.278)	569.251	176.519	(2.155.212)	(603.235)	13.911.364
(21.374)	(179.373)	(92.948)	1.470.437	180.773	(3.875.365)
359.355	(95.987)	(8.184)	(5.017)		247.493
(4.514)	(22.292)	(2.265)	(87.809)		(416.454)
(326.811)	271.599	73.122	(777.601)	(422.462)	9.867.038

Distribuição	Gás & Energia	Corporativo	Eliminações	Total
490.978	313.105	199.595	(82.797)	4.770.263
207.424	320	2.990	(604.699)	2.123.834
207.424	320	2.990	(604.699)	250.449
12.101	139	(6.544)	2.436	1.873.385
6.484	139	(275.736)	2.436	167.332
				73.122

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Consolidadas e da Controladora)

Em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

(Em milhares de reais)

1 Princípios de Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações contábeis da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS e das seguintes empresas subsidiárias e controladas, em que mantém controle acionário direto ou indireto:

	Participação no Capital - %			
	2001		2000	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Petrobras Química S.A. – Petroquisa	99,00	99,00	99,00	99,99
Petrobras Distribuidora S.A. – BR e sua controlada	73,60	99,86	73,60	99,86
Postos Estações de Serviços S.A. (nota 7c)			99,00	99,00
Petrobras Internacional S.A. – Braspetro e suas controladas	99,99	99,99	99,99	99,99
Braspetro Oil Services Company – Brasoil ⁽ⁱ⁾	99,99	99,99	99,99	99,99
Braspetro Oil Company – Boc ⁽ⁱ⁾	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras América Inc. – Pai ⁽ⁱ⁾	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Gás S.A. – Gaspetro e suas controladas	99,90	99,99	99,90	99,99
Petrobras Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. –				
Petrogasbol (i) e (ii)			98,00	98,00
Transportadora Brasileira Gasoduto				
Bolívia-Brasil S.A. – Tbg	51,00	51,00	51,00	51,00
Serviços de Telecomunicações S.A. - Dataflux	100,00	100,00		
Petrobras International Finance Company – Pifco ⁽ⁱ⁾				
e suas controladas	99,99	99,99	100,00	100,00
Petrobras Netherland Bv ⁽ⁱ⁾	100,00	100,00		
Petrobras Europe Ltd ⁽ⁱ⁾	100,00	100,00		
Petrobras Finance Ltd ⁽ⁱ⁾	100,00	100,00		
Petrobras Transporte S.A. – Transpetro e sua controlada	100,00	100,00	100,00	100,00
Fronape International Company ⁽ⁱ⁾	100,00	100,00	100,00	100,00
Downstream Participações S.A. e suas controladas	99,99	99,99	99,90	99,90
Alberto Pasqualini – Refap S.A. (nota 7c)	69,99	69,99	99,00	99,00
5283 Participações Ltda. ⁽ⁱⁱⁱ⁾ (nota 7c)	67,50	67,50		
Refisol S.A. (nota 7c)			99,00	99,00

(i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda do país de origem.

(ii) Em 2001 a participação acionária foi transferida para a Petrobrás Bolívia Inversiones Y Servicios (controlada da BOC).

(iii) A Petrobras é detentora de 32,5% do capital.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre as empresas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e do ativo permanente que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

O saldo do deságio não eliminado está classificado, no Consolidado, em resultados de exercícios futuros.

A comparação do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados com os correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido da Petrobras, em 31 de dezembro de 2001 e 2000, pode ser demonstrada como segue:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2001	2000	2001	2000
Conforme demonstrações contábeis consolidadas	28.966.503	24.945.639	9.867.038	9.942.392
Lucro na venda de produtos em estoques em subsidiária, líquido de impostos	36.371	114.878	36.371	114.878
Reversão de lucros nos estoques de exercícios anteriores			(114.878)	(62.417)
Juros capitalizados	61.596	23.396	38.196	8.710
Absorção de patrimônio líquido negativo de controlada	563.059	213.342	399.805	213.342
Outras eliminações	83.043	(38.371)	67.358	(57.535)
Conforme demonstrações contábeis da controladora	29.710.572	25.258.884	10.293.890	10.159.370

2 Principais Diretrizes Contábeis

(a) Alteração de prática contábil

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o compromisso atuarial referente ao Fundo de Pensão Petros, em decorrência da adoção do pronunciamento sobre contabilização de benefícios a empregados, emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e aprovado pela CVM, através da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000.

Pela nova prática contábil, os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas, passam a ser provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método de unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Essa metodologia permite à Companhia reconhecer o aumento no valor presente da obrigação resultante do serviço prestado pelo empregado no exercício de competência, ou seja, os custos são reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

Conforme permitido pelo referido pronunciamento, o saldo do passivo líquido apurado em 31 de dezembro de 2001, resultante da implementação da nova prática contábil, foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido, sob o título de ajuste de exercícios anteriores.

Até 31 de dezembro de 2001, os encargos relativos ao plano de pensão e aposentadoria eram reconhecidos no resultado do exercício pelo provisionamento mensal das contribuições de 12,93% sobre a folha de salários dos participantes do plano.

Relativamente ao Plano de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), a Petrobras, tendo em vista a adaptação das demonstrações contábeis do Sistema Petrobras às práticas contábeis internacionais em 1999, já adota, desde aquela época, os procedimentos previstos na Deliberação CVM nº 371.

(b) Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e a longo prazo

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para devedores duvidosos, constituída até o limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

(c) Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio dos custos de importação e de produção, que não excede ao valor de mercado.
- Os derivados de petróleo e álcool são demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização.
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra que não excede ao de reposição, as importações em andamento demonstradas ao custo identificado e os adiantamentos apresentados pelo valor efetivamente desembolsado.

(d) Permanente

O ativo permanente é demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

(i) Investimentos societários

Participação societária em subsidiárias, controladas e coligadas (nota 7), em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil das empresas investidas, pelo método da equivalência patrimonial; os ganhos ou perdas cambiais de investimentos societários no exterior estão apresentados, também, como resultado de participações em investimentos relevantes.

(ii) Imobilizado

Depreciação do imobilizado pelo método das unidades produzidas (bens e gastos relacionados com a produção de petróleo e gás, cuja vida útil é compatível com o prazo de produção do campo) e pelo método linear (demais bens), a taxas que levam em consideração a vida útil dos bens (nota 8), que é absorvida, principalmente, no custeio da produção de petróleo e de derivados ou diretamente no resultado do exercício, conforme aplicável.

(e) Provisão para benefícios concedidos a empregados - Plano de Saúde

Os compromissos atuariais com os gastos a serem incorridos no futuro pela garantia de manutenção do plano de assistência médica e odontológica aos empregados e seus dependentes, inclusive os aposentados, estão provisionados, sendo ajustados conforme revisão atuarial anual.

(f) Paradas programadas (Campanha)

A provisão para manutenção das unidades industriais e dos navios é constituída no período anterior àquele previsto para a realização da parada programada, tendo como base as estimativas de gastos quando da revisão.

(g) Deságio na permuta de ativos

O deságio registrado na permuta de ativos é decorrente de expectativa de resultado futuro na empresa investida e está sendo amortizado no prazo e na extensão das projeções que o determinaram.

3 Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2001, os títulos e valores mobiliários no País, classificados no realizável a longo prazo, compõem-se de:

	Consolidado	Controladora
Incentivos fiscais - FINOR	212.766	212.766
Outros	494.015	14
	<u>706.781</u>	<u>212.780</u>

Troca de títulos com o Tesouro Nacional e quitação da dívida com a Petros

Em 28 de dezembro de 2001, foi celebrado com a União o contrato de troca das Notas do Tesouro Nacional - Série P (NTN-P), recebidas pela Companhia e subsidiárias durante o processo de desestatização de participações societárias, por Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B), criadas em 4 de julho de 2001, através do Decreto Federal nº 3859. Ainda, em 28 de dezembro de 2001, de acordo com contrato firmado entre a Petrobras e a Petros, os direitos sobre as NTN-B foram transferidos à Petros para o pagamento total da dívida relacionada ao Grupo Pré-70.

Os valores envolvidos na troca estão demonstrados a seguir:

Valor das NTN-P trocadas	7.515.565
Valor das NTN-B recebidas	8.180.838
Valor da dívida do Grupo Pré-70	5.637.036
Adiantamento para migração	2.543.802

As NTN-P das subsidiárias foram transferidas, ao par, para a Petrobras na forma de pagamentos de dividendos, juros sobre o capital próprio, mútuo e outras obrigações financeiras.

A liquidação da dívida do Grupo Pré-70 foi formalizada por um contrato entre as partes, prevendo a manutenção dos títulos em carteira da Petros até seus vencimentos.

O valor excedente das NTN-B sobre as NTN-P, de R\$ 665.273 (R\$ 587.592 considerando o valor desses títulos em 15 de novembro de 2001), representa uma compensação pela glosa efetuada durante a auditoria nas Contas de petróleo e álcool procedida pelo Grupo de Trabalho Interministerial, conforme descrito na nota 5 e foi classificado em outras despesas operacionais líquidas.

O saldo das NTN-B não utilizados na quitação da dívida, no montante de R\$ 2.543.802, refere-se aos incentivos de migração dos participantes do Plano PETROS para o plano PETROBRAS VIDA, conforme descrito na nota 12.

A troca foi efetuada nas condições previamente aprovadas, preservando o valor econômico dos títulos e o pagamento à Petros, feito ao par, liquida uma dívida que remonta à criação do fundo, garantindo assim, à Fundação um portfólio de perfil conservador e prazo compatível com suas obrigações de longo prazo e à Petrobras a melhoria de seus indicadores financeiros.

4 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Produtos:				
Derivados de petróleo (*)	2.793.541	2.228.356	2.324.123	1.931.744
Álcool	432.264	395.702	362.793	292.405
	3.225.805	2.624.058	2.686.916	2.224.149
Matérias-primas, principalmente petróleo (*)	1.645.580	2.446.957	1.461.044	2.406.773
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	1.124.008	749.000	982.379	637.090
Adiantamentos a fornecedores	1.105.706	517.583	1.100.732	512.264
Outros	64.758	222.418		
Total	7.165.857	6.560.016	6.231.071	5.780.276

(*) Inclui importações em andamento.

5 Contas Petróleo e Álcool - STN

O saldo das Contas petróleo e álcool é objeto de remuneração mensal, calculada com base na variação da Taxa Referencial (TR).

Até 31 de dezembro de 2001, as Contas petróleo e álcool registravam o valor arrecadado da Parcela de Preços Específica-PPE assim como os valores pagos às companhias distribuidoras, a título de despesas de interiorização de derivados e despesas ressarcíveis à Petrobras relativas às movimentações de alguns derivados através de dutos e terminais próprios e o resultado de comercialização de álcoois, incluindo o custo financeiro de estocagem e os valores pagos a terceiros, a título de subsídio aos produtores de álcool e de cana-de-açúcar.

Após 31 de dezembro de 2001, a gestão dos programas e das operações relacionadas com álcool, aprovados pelo Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool, bem como a administração da parcela dos recursos necessários ao suporte financeiro, serão de competência do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, conforme Decretos nº 3.890, de 17 de agosto de 2001, e nº 4.030, de 23 de novembro de 2001.

Conforme Portaria ANP nº 301, de 18 de dezembro de 2001 a Petrobras está autorizada a exportar no estado em que se encontrar ou em mistura com gasolinas automotivas, a parcela dos estoques de álcool combustível em seu poder cuja aquisição não tenha decorrido de deliberações do Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool - CIMA, entretanto, não poderá registrar nenhum custo e despesa de quaisquer natureza relativos à manutenção de estoques reguladores de álcoois combustíveis, anidro e hidratado.

(a) Realização e desqualização de preços até 31 de dezembro de 2001

Conforme legislação específica, até 31 de dezembro de 2001 as Contas petróleo e álcool eram realizadas mediante arrecadação da Parcela de Preços Específica-PPE, gerada pela venda da maioria dos derivados básicos (gasolina, óleo diesel e GLP) e representava a diferença entre o valor de faturamento desses produtos nas refinarias (líquido de ICMS e outros encargos incidentes sobre as vendas), fixado em reais, e seus respectivos preços de realização (receita líquida), que eram parametrizados às cotações dos derivados de petróleo no mercado internacional e à taxa de câmbio. Quando o valor de faturamento, líquido de ICMS e PASEP/COFINS, era superior ao preço de realização, a arrecadação de PPE era positiva e reduzia o saldo das Contas petróleo e álcool. Inversamente, quando o valor de faturamento, líquido de ICMS e PASEP/COFINS, era inferior ao valor de realização, a arrecadação de PPE era negativa e aumentava o saldo das Contas petróleo e álcool.

Os preços de faturamento do óleo diesel, da gasolina e do gás liquefeito de petróleo (GLP), praticados pela Companhia, durante 2001 eram determinados trimestralmente segundo um índice de reajuste (IR), que refletia as variações cambiais real/dólar e o preço do petróleo tipo Brent durante o trimestre anterior.

Desta forma, com base no comportamento do Brent e do câmbio no 1º trimestre (IR negativo), no 2º trimestre (IR positivo) e no 3º trimestre de 2001 (IR positivo), foram realizados, respectivamente, os seguintes reajustes nos preços de faturamento:

- a) 6 de abril de 2001: reduções de 5,5% na gasolina e de 3,6% no óleo diesel;
- b) 6 de julho de 2001: aumento de 10,4% na gasolina, 8,3% no óleo diesel e 4,3% no GLP;
- c) 5 de outubro de 2001: aumento de 4,08% na gasolina, no óleo diesel e no GLP.

Em continuidade a política de desregulamentação do setor petróleo, o Governo Federal liberou os preços de faturamento do querosene de aviação, para utilização em vôos domésticos e internacionais, e dos óleos combustíveis, a partir de julho de 2001 e novembro de 2001, respectivamente.

O saldo das Contas petróleo e álcool, em 2001, foi reduzido em R\$ 2.763.896, em relação a 31 de dezembro de 2000, devido à arrecadação da PPE, no montante de R\$ 2.245.910, refletindo a alta dos preços de faturamento, a redução de 17,11% do valor médio de realização dos derivados controlados (R\$ 79,62 bbl dezembro/2000 e R\$ 66,00 bbl dezembro/2001), em consequência, principalmente, da redução dos preços desses derivados no mercado internacional, apesar da desvalorização do real frente ao dólar, e aos ajustes, no montante de R\$ 969.079, reconhecidos pela Companhia e que foram evidenciados pelo Grupo de Trabalho Interministerial constituído para certificar a exatidão do saldo devedor das Contas petróleo e álcool.

(b) PPE da Refap S.A.

Conforme determinado pela Portaria da ANP nº 93, de 12 de junho de 2001, os recursos arrecadados de PPE na venda de derivados pela controlada Refap S.A., devem ser transferidos à Petrobras. No período de janeiro/2001 a dezembro/2001, o montante transferido totalizou R\$ 216.682 e foi integralmente deduzido das Contas petróleo e álcool.

(c) Certificação da regularidade de exatidão dos saldos

Em dezembro de 2001, foi encaminhado à Companhia o relatório final da auditoria realizada pelo Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria Interministerial nº 336, de 22 de setembro de 1999, para certificar a regularidade e exatidão do saldo devedor das Contas petróleo e álcool, referente ao período de 1º de abril de 1992 a 30 de junho de 1998.

Parte dessa certificação foi concluída em 2000, resultando uma redução no saldo das Contas petróleo e álcool, naquele exercício, no montante de R\$ 210.105.

Em 2001, os ajustes evidenciados pelo Grupo de Trabalho Interministerial e já reconhecidos pela Companhia resultaram em uma redução no saldo das Contas petróleo e álcool no montante de R\$ 969.079, classificado em outras despesas operacionais líquidas, e referem-se principalmente a:

- (i) Regularização de ressarcimentos efetuados pela Companhia em desacordo com a legislação reguladora das Contas petróleo e álcool, principalmente nas movimentações de derivados e álcoois pelos modais marítimos, dutoviário, ferroviário, rodoviário e despesas portuárias, no montante de R\$ 335.215, reduzindo o saldo da conta;
- (ii) Regularização de procedimentos adotados na apuração do resultado da comercialização de álcoois, no montante de R\$ 85.617, reduzindo o saldo da conta, e
- (iii) Glosa referente à discordância do critério adotado no cálculo da remuneração financeira das Contas petróleo e álcool, para o período de setembro de 1994 a junho de 1996, no valor de R\$ 543.821, reduzindo o saldo da conta.

A perda resultante do valor glosado referente ao critério adotado no cálculo da remuneração financeira das Contas petróleo e álcool, no montante de R\$ 543.821, foi compensada por um ganho, decorrente do aumento do valor de face dos títulos recebidos na negociação com o Governo Federal (nota 3), não produzindo, dessa forma, efeito no resultado do exercício.

O resultado da auditoria para certificar a regularidade e exatidão do saldo devedor das Contas petróleo e álcool, referente ao período de 1º de julho de 1998 a 31 de dezembro de 2001, a ser procedida pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, possibilitará a conclusão do encontro de contas com a União, que deverá ser formalizado através de um Termo de Confissão de Dívida, a ser assinado até 30 de junho de 2002, podendo ser prorrogado, até 31 de dezembro de 2002, conforme Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001.

(d) Encontro de Contas com a União

Em 31 de dezembro de 2001, o saldo das Notas do Tesouro Nacional - Série H (NTN-H), emitidas em favor da Petrobras, com a finalidade de garantir o pagamento do saldo devedor das Contas petróleo e álcool, totalizava R\$ 212.999. O Governo Federal pode, a seu critério e com base na realização do saldo dessas contas, após autorização da Petrobras, promover o cancelamento antecipado, integral ou parcial dos títulos. Até 31 de dezembro de 2001 já haviam sido canceladas 5.634 mil NTN-H. As NTN-H vencem em 30 de junho de 2003 e não cabe a Companhia, atualmente, quaisquer outros direitos de uso, resgate ou transferência sobre as NTN-H.

De acordo com a legislação específica, a liquidação das Contas petróleo e álcool poderá ser feita sob a forma de:

- Transferência para a Petrobras do saldo de NTN-H existente na data do encontro de contas, ajustado por eventuais regularizações no saldo das Contas petróleo e álcool;
- Emissão de novos títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo das Contas petróleo e álcool, na data do encontro de contas;
- Liquidação do saldo remanescente das Contas petróleo e álcool, na data do encontro de contas, com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo ao Governo Federal, inclusive relativos a tributos, ou
- Uma combinação das opções acima.

(e) Mutações das Contas petróleo e álcool

	2001	2000
Saldo em 1º de janeiro	2.951.336	2.419.227
Arrecadação de PPE	(2.245.910)	532.831
Ressarcimentos a terceiros	150.221	35.200
Ressarcimentos à Petrobras	262.612	110.161
Encargos de mútuo	38.260	64.022
Regularizações – Grupo de Trabalho Interministerial	(969.079)	(210.105)
Saldo em 31 de dezembro	187.440	2.951.336

(f) Liberação do mercado de combustíveis no Brasil

Em concordância com as Leis nº 9.478 (Lei do Petróleo) e nº 9.990, de 6 de agosto de 1997 e 21 de julho de 2000, respectivamente, o mercado de combustíveis no Brasil foi totalmente liberado a partir de 1º de janeiro de 2002, permitindo que outras companhias produzam e comercializem no mercado nacional, bem como importem e exportem derivados de petróleo. As seguintes alterações também foram implementadas:

- (i) Foi Instituída, através da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico-CIDE, incidente sobre a importação e comercialização de combustíveis, cujos contribuintes são os respectivos produtores, formuladores e importadores. O valor da CIDE a ser arrecadada é determinada em Reais, por unidade de medida de comercialização, incidente por produto, e
- (ii) As especificações para a comercialização dos derivados de petróleo foram estabelecidas pelas portarias da ANP de nºs 309 e 310 de 27 de dezembro de 2001; e as importações e exportações dos derivados de petróleo, pelas portarias ANP de nºs 312 a 315, de 27 de dezembro de 2001.

A partir de 1º de janeiro de 2002, a Petrobras não estará mais obrigada a cobrar preços estabelecidos pelo Governo Federal nas vendas de seus derivados de petróleo, e o valor de realização não será mais estabelecido por fórmula paramétrica com o mercado internacional. Sendo assim, a PPE não será mais arrecadada.

Considerando a liberação do mercado e a legislação em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2002, as Contas petróleo e álcool não serão mais utilizadas para ressarcir despesas relacionadas ao abastecimento de derivados de petróleo e álcool à Petrobras e terceiros.

6 Projetos Estruturados

A Companhia vem estruturando projetos com agentes financeiros nacionais e internacionais, bem como desenvolvendo negociações com empresas do setor petrolífero para o estabelecimento de parcerias operacionais, com o objetivo de viabilizar os investimentos necessários nas áreas em que a Petrobras realizou descobertas comerciais e/ou promoveu investimentos em exploração.

Conforme orientações do Governo Federal, dentro do plano estratégico de complementação do perfil hidroelétrico da geração elétrica brasileira, a Petrobras vem, também, conduzindo projetos de implantação das termoelétricas no País, mediante antecipação de gastos que futuramente serão convertidos em participação acionária minoritária e/ou serão ressarcidos através de estruturação financeira com terceiros.

(a) Empreendimentos em negociação

Essas negociações compreendem os gastos com os projetos até a sua entrada em produção, incluindo o ressarcimento de gastos já realizados pela Petrobras nas respectivas áreas que, em 31 de dezembro de 2001, totalizavam R\$ 421.416 (R\$ 405.563, em 31 de dezembro de 2000), e estão classificados em Empreendimentos em negociação, conforme abaixo demonstrado:

Projeto	2001	2000
Ute-Três Lagoas	75.065	
Ute-Canoas	32.176	
Pcog-Cofepar	43	
Ute-Piratininga	299.647	
Pescada/Arabaiana		276.695
Pargo/Carapeba/Garoupa/Cherne/Congro		92.458
Outros	14.485	36.410
Total	421.416	405.563

(b) Ressarcimentos a receber

O saldo a receber, líquido dos adiantamentos recebidos, referente aos gastos realizados pela Petrobras por conta da Companhia Petrolífera Marlim - CPM, NovaMarlim Petróleo S.A. Companhia de Recuperação Secundária - CRSec, EVM Leasing Corporation, Toyo Engineering Corporation, (empresas de propósito específico), e Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, responsáveis pelo desenvolvimento complementar dos campos de Marlim, Pargo/Carapeba/ Garoupa/Cherne/Congro, Espadarte/Voador/Marimbá, Projeto Cabiúnas e do Campo de Albacora-I, respectivamente, atingiu R\$ 363.702, em 31 de dezembro de 2001 (R\$ 134.610, em 31 de dezembro de 2000), tendo a seguinte composição:

	2001	2000
Companhia Petrolífera Marlim - CPM		92.343
NovaMarlim Petróleo S.A.	268.191	
Companhia de Recuperação Secundária - CRSec	165.266	
EVM Leasing Corporation	458.630	200.659
Toyo Engineering Corporation	368.716	355.313
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	552.992	404.597
	1.813.795	1.052.912
Adiantamentos	(1.450.093)	(918.302)
	363.702	134.610

As negociações relativas à estruturação financeira do Projeto Pargo/ Carapeba/ Garoupa/ Cherne/ Congro-PCGC foram concluídas em 13 de dezembro de 2001. Nesta data, a Petrobras assinou contrato com a Companhia de Recuperação Secundária - CRSec, que disponibilizou recursos da ordem de R\$196.190 para aquisição de ativos já constituídos e a constituir pela Petrobras, para alocação ao projeto de recuperação secundária nos campos de Pargo, Carapeba, Garoupa e Cherne e o incremento da produção no campo de Congro.

(c) Empreendimento em consórcio

Projeto Marlim - NovaMarlim Petróleo S.A.

A Petrobras constituiu consórcio, em 6 de dezembro de 2001, com a Empresa de Propósito Específico (SPC) - NovaMarlim Petróleo S.A., controlada pelo ABN Amro Asset Management, BNDESPAR, Bradesco Asset Management, JPM Participações, M. Safra & Co., Petros e Valia, com o objetivo de otimizar a complementação do desenvolvimento da produção do campo de Marlim. A NovaMarlim Petróleo S.A. já disponibilizou os recursos totais equivalentes a R\$ 2.164.000 (US\$ 834 milhões) para o Projeto, classificados no passivo circulante, no qual a Petrobras já realizou gastos iniciais da ordem de R\$ 268.191 (US\$ 115 milhões).

(d) Compromissos com projetos estruturados

De acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira, vigentes em 31 de dezembro de 2001, os valores investidos em ativos e respectivos recursos financeiros, relacionados a projetos estruturados sobre a modalidade de "project finance", não são incluídos no balanço patrimonial da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2001, os valores do imobilizado, líquido de depreciação, e do passivo, caso os projetos estruturados estivessem registrados como compra financiada de bens, e o valor dos compromissos assumidos para constituição desses ativos, ainda não incorridos, são apresentados como segue:

Projeto	Imobilizado líquido de depreciação	Financiamento		Compromissos assumidos para constituição de ativos (*)
		Curto prazo	Longo prazo	
Marlim	1.936.370	600.984	1.053.728	
Cabiúnas	948.940		948.940	878.527
Barracuda/Caratinga	1.769.901		1.769.901	3.534.735
Espadarte, Voador e Marimbá	1.154.697	419.658	736.021	219.649
Albacora	191.048	203.647	29.618	99.777
Pargo/Carapeba/Garoupa/Cherne/Congro				74.786
	6.000.956	1.224.289	4.538.208	4.807.474

(*) Referem-se aos compromissos assumidos nos contratos, líquidos dos valores já alocados aos projetos.

Refap S.A. para sua subsidiária Downstream Participações S.A.. Essa, por sua vez, em 6 de fevereiro de 2001, transferiu 30% das ações representadas do capital da Refap S.A. para sua então controlada Refisol S.A. Em 17 de dezembro de 2001, com a conclusão da operação de permuta de ativos com a Repsol-YPF, a Downstream recebeu 67,5% do capital social da 5283 Participações Ltda. e transferiu a totalidade das ações da Refisol para a Repsol (nota 7c).

(b) Mutações dos Investimentos

	Subsidiárias								Coligadas		Total	
	Petroquisa	Petrobras Distribuidora	Braspetro	Gaspetro	Transpetro	Pifco	Refap	Downstream	5283 Participações	Outras coligadas	2001	2000
No início do exercício	5.815.320	1.083.157	1.531.328	1.067.727	98.511	19.005	5	10		41.945	9.657.008	8.648.965
Aporte de capital					298.878		271.897	90		30.399	601.264	46.540
Transferência de participação acionária							(271.902)	271.902				
Constituição de reserva de reavaliação de subsidiária	6.829										6.829	
Baixa										(39.570)	(39.570)	
Troca de ativos em 17 de dezembro de 2001									460.272		460.272	
Equivalência patrimonial Do exercício	624.820	185.760	1.152.240	61.510	260.396	56.984		188.971	(256.713)		2.273.968	1.252.524
De ajustes de exercícios anteriores (mudança de prática contábil-nota 2a)	(22.626)	(149.184)	(11.774)	(7.298)				(14.079)			(204.961)	
Dividendos	(3.936.520)	(71.229)		(153.280)	(68.261)						(4.229.290)	(291.021)
No fim do exercício	2.487.823	1.048.504	2.671.794	968.659	589.524	75.989		446.894	203.559	32.774	8.525.520	9.657.008
Deságio na troca de ativos									(318.791)		(318.791)	
Amortização de deságio									256.713		256.713	
Saldo de deságio									(62.078)		(62.078)	
No fim do exercício	2.487.823	1.048.504	2.671.794	968.659	589.524	75.989		446.894	141.481	32.774	8.463.442	9.657.008

(c) Permuta de ativos - Petrobras e Repsol-YPF

Em 17 de dezembro de 2001, foi assinado o Acordo Definitivo para a Permuta de Ativos entre Petrobras e Repsol-YPF.

De forma a viabilizar a permuta, a Petrobras transferiu, sob a forma de aporte de capital em 2 de janeiro de 2001, os bens da Refinaria Alberto Pasqualini para a controlada Refap S.A. e, em 5 de fevereiro de 2001, as ações de sua propriedade do capital da Refap S.A. para sua subsidiária Downstream Participações S.A., que transferiu 30% das ações representativas do capital da Refap S.A. para sua controlada Refisol S.A. em 6 de fevereiro de 2001.

Pelo acordo, a Petrobras e a Downstream receberam 100% (32,5% e 67,5% respectivamente) das cotas da empresa 5283 Participações Ltda, proprietária de 99,6% das ações da empresa de petróleo EG3 na Argentina, constituída por uma refinaria com capacidade de processar 30.500 barris/dia de petróleo, cerca de 700 postos de gasolina, uma planta de asfaltos e membranas, um terminal e uma planta de lubrificantes e, em contrapartida, cederam à Repsol-YPF os seguintes ativos:

- (i) 100% da Controlada da Downstream S.A., Refisol S.A., detentora de 30% das ações da Alberto Pasqualini - Refap S.A., proprietária da Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul.
- (ii) 100% da Controlada da BR, Postos S.A., detentora de direitos contratuais de fornecimento de combustíveis a 234 postos de gasolina nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste (totalizando 40.000 m³/mês), além dos bens associados cedidos aos postos.
- (iii) 10% dos direitos de concessão para exploração do Campo de Albacora Leste, localizado na Bacia de Campos.

A Petrobras ressarciu a BR pelo valor de mercado dos direitos contratuais de fornecimento de combustíveis incluídos na permuta, avaliado em US\$ 60 milhões (R\$ 141 milhões), e recebeu da BR 12,3% do capital social da 5283 Participações Ltda.

Com essa operação, a Petrobras avança significativamente na implementação de sua estratégia de internacionalização, pois a empresa EG3, que passa a controlar, tem uma participação de 12% no mercado de combustíveis da Argentina, com vendas totais de cerca de 2 milhões m3/ano.

Em 13 de junho de 2001 foi proposta ação popular perante a 1º Vara Federal de Canoas/ RS questionando a permuta de ativos, tendo o juiz determinado, provisoriamente, que não fosse concretizado o negócio, até posterior manifestação do referido órgão judiciário, não vedando, contudo, a realização de providências que antecederem a efetivação da permuta de ativos. Em despacho datado de 13 de agosto de 2001, o Juiz Federal responsável pela ação popular negou o pedido de liminar que impedia o fechamento da operação. Com esta decisão a operação pôde ser concretizada, enquanto a ação popular segue seu curso normal na justiça.

O valor contábil dos ativos transferidos para a Repsol-YPF, através da permuta de bens, foi de R\$ 147.491.

O valor do patrimônio líquido da 5283 Participações em 30 de novembro de 2001, conforme suas demonstrações contábeis desta data, utilizadas para fins de contabilização da aquisição, equivalia a R\$ 1.416.221.

O deságio apurado no valor de R\$ 1.268.730, foi fundamentado na expectativa de resultados futuros da empresa EG-3, através de avaliação econômica que considerou os efeitos potenciais que possam vir a ser causados pela situação da economia da Argentina, país em que a EG-3 está estabelecida.

A mesma avaliação que indica a sobrevalorização do patrimônio contábil da EG-3, e, conseqüentemente, de sua controladora 5283 Participações, aponta o equilíbrio entre os valores econômicos dos ativos permutados entre as companhias envolvidas, tendo em vista a existência de coberturas contratuais que preservam, por até oito anos, margens, ativos e passivos monetários, assegurando que a permuta se mantenha equilibrada econômica e financeiramente nos termos pactuados.

Investimento consolidado na 5283 Participações

	Equivalência patrimonial	Deságio	Líquido	Patrimônio líquido e resultado
Troca de ativos em 17 de dezembro de 2001	1.416.221	(1.268.730)	147.491	
Resultado de equivalência patrimonial	(789.887)			(789.887)
Amortização do deságio		789.887		789.887
Saldo em 31 de dezembro de 2001	626.334	(478.843)	147.491	

O investimento na 5283 Participações foi ajustado pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2001, refletindo o lucro de R\$ 2.465 apurado na EG-3 no mês de dezembro, além da perda cambial reconhecida sobre o patrimônio líquido da EG-3, no montante de R\$ 792.352, decorrente da desvalorização do Peso em relação ao Real (equivalente à cotação \$ 1,70 para US\$ 1,00) que, por ter sido prevista nas negociações de permuta, foi compensada com a amortização do deságio, não produzindo efeitos no resultado do exercício da Petrobras.

O saldo do deságio em 31 de dezembro de 2001 está apresentado como resultado de exercícios futuros no balanço patrimonial consolidado.

(d) Operações com subsidiárias e controladas

	Subsidiárias							Total	
	Petroquisa	Petrobras Distribuidora	Braspetro	Gaspetro	Transpetro	Pifco	Downstream	2001	2000
Saldo das contas									
Receitas operacionais, principalmente por vendas		14.503.544	3.731.755	307			795.620	19.031.226	13.808.020
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(5.142)	(547)	240.421			(167.952)	4.589	71.369	(64.387)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(6.607)	127.309	437.796	129.162	1.383	(354.444)	(7.694)	326.905	(143.620)
Ativo circulante									
Contas a receber, principalmente por vendas	693	451.740	203.449	2.628	176.120	63.192	141.924	1.039.746	1.362.827
Dividendos a receber	585.699	64.649		5.058	68.261			723.667	285.298
Realizável a longo prazo									
Valores vinculados à construção de plataformas e gasoduto			3.172.419	1.756.426				4.928.845	4.757.175
Adiantamento para aumento de capital						139.176		139.176	
Outras operações, principalmente de mútuo		870.910	1.334.693	5.184	363	211.369	169.280	2.591.799	4.435.526
Passivo circulante									
Fornecedores, principalmente por compras de petróleo e derivados	2.152	106.493	1.975.922	52.577	261.741	5.505.189	4.928	7.909.002	7.396.891
Operações de mútuo	2.903.461	27.420	71	628.308				3.559.260	
Exigível a longo prazo									
Operações de mútuo		11.196	122.438					133.634	168.260
Securitização de exportações						1.740.300		1.740.300	

As operações com subsidiárias e controladas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. Os repasses de securitização de exportações e de captação de recursos no mercado internacional são efetuadas às mesmas taxas obtidas pela subsidiária (vide nota 9b).

Gasoduto Bolívia-Brasil

O trecho norte do gasoduto, ligando a Bolívia às cidades de Campinas e Guararema, no Estado de São Paulo, começou a operar em julho de 1999. O trecho sul, ligando São Paulo a Porto Alegre, foi inaugurado em 31 de março de 2000 e, a partir de 2003, o gasoduto atingirá sua capacidade máxima, podendo transportar até 30 milhões de metros cúbicos por dia.

Em 19 de outubro de 2001, o gasoduto atingiu vazões de 14.016 mil metros cúbicos/dia de gás, tendo disponibilizado, em média de 2001, o equivalente a 10.068 mil metros cúbicos de gás/dia, para os estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No território boliviano, o gasoduto é de propriedade da empresa Gás Transboliviano S.A. - GTB, que tem participação minoritária de 11% da Gaspetro.

A titularidade do gasoduto no trecho brasileiro é da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG, controlada da Gaspetro. Em 31 de dezembro de 2001, o total de créditos da Petrobras junto à TBG, relacionados ao gerenciamento, repasse de custos e financiamentos vinculados à construção do gasoduto e aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO), era de R\$ 1.756.426 e está classificado no ativo realizável a longo prazo.

Para construção do trecho boliviano, foi firmado um contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPFB, posteriormente repassado à GTB, por empreitada global ("turn key"), no valor de US\$ 350 milhões, que está sendo liquidado em 12 anos, a partir de janeiro de 2000, através do fornecimento de serviços de transporte. Em 31 de dezembro de 2001, o saldo dos direitos ao fornecimento futuro, por conta do custo incorrido na obra, até aquela data, acrescidos de juros de 10,07% a.a., era de R\$ 984.477, sendo R\$ 866.528 classificados no ativo realizável a longo prazo, que inclui também, o valor de R\$ 174.970 relacionado à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás pelo prazo de 40 anos (TCO - Transportation Capacity Option).

(e) Informações de coligadas

	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido (ajustado)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2001		2000
				No realizável a longo prazo	No ativo permanente	Total
Vinculadas à Petroquisa:						
Petroquímica União S.A. – Pqu	17,44	645.468	79.395		112.571	114.751
Companhia Petroquímica do Sul S.A. – Copesul	15,63	840.220	(21.534)		131.325	139.514
Companhia Petroquímica do Nordeste S.A. – Copene	21,36	2.184.550	(24.595)	346.358	121.753	496.128
Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. – Fcc	40,00	91.883	10.859		36.754	34.272
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio	35,00	58.195	21.162		20.369	20.992
Petroquímica Triunfo S.A.				71.780		84.589
Deten Química S.A. – Deten				55.125		41.257
Petroquímica do Rio de Janeiro S.A. – Petrorio	62,39	57.464	(12.452)		35.852	26.933
Outras (*)				1.862	69.526	30.991
				475.125	528.150	989.427
Outras coligadas (*)				2.544	96.152	77.516
				477.669	624.302	1.066.943

(*) Abrange empresas não incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

(f) Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsa

Apresentamos, a seguir, os investimentos em companhias abertas com ações negociadas em bolsas de valores:

Empresa	Lote de mil ações		Bolsa de Valores – R\$ por lote de mil ações		Valor de mercado
	ON	PN	ON	PN	
Consolidado					
Copene	99.591	283.324	435,00	463,50	174.643
Copesul	2.348.201		52,00		122.106
Pqu	8.738	8.738	6.020,00	6.300,00	107.653
Controladora					
Petroquisa	10.098.083	9.505.390	(*)	140,25	2.749.387
Petrobras Distribuidora	14.979.393	16.816.707	(*)	34,03	1.082.021

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

(*) As subsidiárias Petroquisa e Petrobras Distribuidora não possuem ações ordinárias negociadas em Bolsas de Valores. Assim sendo, para apuração do valor de mercado destas ações, foi considerada a mesma cotação das ações preferenciais.

(g) Novas associações

A Petrobras vem se associando com outras empresas em projetos de interesse estratégico nas atividades em que atua. Certas associações estão discriminadas a seguir:

Empresas de Gás Canalizado – Participação Societária

Em 29 de abril de 2001, a Petrobras e a ENRON assinaram acordo estabelecendo termos e condições para a aquisição, por parte da Petrobras e de outros investidores, de participações societárias indiretas da ENRON nas companhias de distribuição de gás canalizado do Rio de Janeiro, equivalentes a 25,38% do capital social da CEG e 33,75% do capital social da CEG-RIO. A operação de aquisição dessas participações acionárias não foi concretizada, no prazo inicialmente previsto, devido a uma série de eventos que confluíram num procedimento judicial de composição com credores, pela ENRON (nos Estados Unidos). Desta forma, faz-se necessária a implementação de alterações nos termos e condições da operação de aquisição, de modo a adequá-los às novas circunstâncias.

Em 3 de agosto de 2001, o Conselho de Administração da Petrobras autorizou a negociação para a transferência das participações acionárias que a BR possui em empresas de gás canalizado para a Petrobras. Em 20 de dezembro de 2001, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o resultado da avaliação a valor de mercado, efetuado por empresa de consultoria externa, das participações acionárias que a BR possui em empresas de gás canalizado, que totalizou R\$ 554 milhões. A Petrobras e a BR irão negociar a forma de pagamento por estes ativos, que deverá ser submetida e aprovada pelos órgãos societários competentes de ambas as Companhias.

Pólo Gás Químico do Rio de Janeiro

A Petrobras, através da Petroquisa, participa com 16,7% do capital da Rio Polímeros S/A, sociedade que conduzirá o empreendimento denominado Complexo Gás Químico do Rio de Janeiro, o BNDESPAR com 16,7%, Suzano com 33,3% e Unipar com 33,3%. O investimento global está estimado em US\$ 1 bilhão, sendo 40% de capital próprio e 60% financiados, prevendo-se o início de operação para o 2º semestre de 2004. Em 26 de outubro de 2001 foram assinados os principais contratos que possibilitarão o financiamento (externo e interno) necessário para implantação do projeto. Do total financiado, US\$ 300 milhões serão provenientes do BNDES e US\$ 300 milhões do Eximbank norte-americano e da Sace, agência de fomento italiana.

(h) Venda da Petrobras U.K. Limited

Em 31 de agosto de 2001, foi concluída a venda do controle acionário da Petrobras U.K. Limited, controlada da Brasoil, para a empresa Enterprise Oil, após a celebração dos acordos contratuais e da aprovação do Governo do Reino Unido. A venda da Petrobras U.K. Limited gerou um lucro de US\$ 85 milhões no resultado da Brasoil, controlada indireta da Petrobras, que está refletido, no Consolidado, em receitas (despesas) não operacionais.

8 Imobilizado

(a) Por área de atuação

	Consolidado				Controladora			
	2001			2000	2001			2000
	Custo	Depreciação acumulada ^(*)	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada ^(*)	Líquido	Líquido
Exploração e produção	48.176.513	(32.936.915)	15.239.598	12.926.245	40.466.124	(29.830.368)	10.635.756	8.602.494
Refino	10.589.339	(5.489.118)	5.100.221	5.373.749	10.000.678	(5.439.524)	4.561.154	4.871.730
Transporte	6.528.822	(3.906.212)	2.622.610	2.371.128	6.244.904	(3.892.469)	2.352.435	2.331.966
Distribuição	1.484.694	(646.353)	838.341	609.393				
Gás e energia	4.107.655	(1.124.916)	2.982.739	2.803.064	794.115	(510.938)	283.177	268.314
Outros	1.760.571	(801.772)	958.799	563.749	1.577.358	(711.148)	866.210	553.349
	<u>72.647.594</u>	<u>(44.905.286)</u>	<u>27.742.308</u>	<u>24.647.328</u>	<u>59.083.179</u>	<u>(40.384.447)</u>	<u>18.698.732</u>	<u>16.627.853</u>

(*) Inclui provisão para custos com abandono.

(b) Por tipo de ativos

	Taxa de depreciação anual - %	Consolidado				Controladora			
		2001			2000	2001			2000
		Custo	Depreciação acumulada ^(*)	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada ^(*)	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	4	1.637.190	(1.018.627)	618.563	537.764	1.198.658	(840.803)	357.855	387.355
Equipamentos e outros bens	5 a 25	36.614.733	(22.199.228)	14.415.505	13.821.716	28.416.649	(19.725.114)	8.691.535	7.735.845
Direitos e concessões		889.088	(97.238)	791.850	382.271	857.647	(92.559)	765.088	377.252
Terrenos		433.362		433.362	352.221	255.753		255.753	258.276
Materiais		907.242		907.242	461.584	398.285		398.285	359.873
Adiantamentos a fornecedores		46.163		46.163	230.483	42.775		42.775	230.483
Projetos de expansão		3.891.749		3.891.749	4.145.422	3.252.626		3.252.626	3.705.655
Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás (E & P)		28.228.067	(21.590.193)	6.637.874	4.715.867	24.660.786	(19.725.971)	4.934.815	3.573.114
		<u>72.647.594</u>	<u>(44.905.286)</u>	<u>27.742.308</u>	<u>24.647.328</u>	<u>59.083.179</u>	<u>(40.384.447)</u>	<u>18.698.732</u>	<u>16.627.853</u>

(*) Inclui provisão para custos com abandono.

Os equipamentos e instalações relacionados com a produção de petróleo e gás são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Para os ativos cuja vida útil é menor do que a vida do campo, é utilizado o método da linha reta. Outros equipamentos e ativos não relacionados com a produção de petróleo e gás são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada.

(c) Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos ("successful efforts"). Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica sejam considerados despesas do período em que são incorridos e os custos com poços secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado quando são identificados como tal.

Os custos capitalizados são depreciados utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas. Essas reservas são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção são estimados e provisionados ao longo da vida produtiva do campo, de forma a estarem totalmente constituídos ao fim da produção da reserva. Essa provisão é incluída na depreciação, sendo apresentada como redutora dos ativos capitalizados.

Os custos capitalizados e bens vinculados, líquidos de provisão para futuro abandono, são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado. Para o exercício de 2001, o teste de perdas na recuperação de investimentos em campos resultou em baixas no montante de R\$ 80.377 no Consolidado e R\$ 42.908 na Controladora (2000 - R\$ 32.591 no Consolidado e na Controladora), classificados no resultado do exercício como custos exploratórios para extração de petróleo e gás.

Em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, o saldo está apresentado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Gastos capitalizados	28.228.067	25.257.830	24.660.786	22.575.447
Depreciação acumulada	(18.420.258)	(17.436.033)	(16.556.036)	(16.000.264)
Provisão para abandono (*)	(3.169.935)	(3.105.930)	(3.169.935)	(3.002.069)
Investimento líquido	6.637.874	4.715.867	4.934.815	3.573.114

(*) Provisão composta de materiais e serviços.

(d) Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, totalizou R\$ 3.326.567 no Consolidado e R\$ 2.166.149 na Controladora (R\$ 3.314.796 e R\$ 2.350.464 respectivamente em 2000), sendo assim apresentada:

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	2.023.271	1.715.699	1.138.301	1.114.064
De gastos de exploração e produção	904.309	1.052.217	693.975	749.060
Da provisão para abandono de poços	144.379	371.762	144.379	368.027
	3.071.959	3.139.678	1.976.655	2.231.151
Parcela registrada diretamente no resultado	254.608	175.118	189.494	119.313
	3.326.567	3.314.796	2.166.149	2.350.464

(e) Leasing de plataformas

Em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, a Brasoil, controlada da subsidiária Braspetro, mantinha contratos de leasing para plataformas "offshore". Estas plataformas são afretadas pela Brasoil à Petrobras, sendo o compromisso assumido pela Controladora equivalente ao montante daqueles contratos. A Petrobras, em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, mantinha, também, contratos de leasing com terceiros para outras plataformas "offshore".

Apresentamos, a seguir, os valores do imobilizado líquido de depreciação e do passivo que essas plataformas representariam caso estivessem registradas como compra financiada de bens:

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Imobilizado líquido de depreciação	2.568.554	2.306.824	542.977	596.190
Financiamento				
Curto prazo	690.676	462.013	67.783	37.860
Longo prazo	4.478.801	2.678.991	659.331	619.400
	5.169.477	3.141.004	727.114	657.260

Os gastos antecipados com afretamentos de plataformas realizados em período anterior à sua entrada em operação estão registrados na Petrobras como despesas antecipadas e totalizam R\$ 657.221 em 2001 (R\$ 876.402 - 2000), sendo R\$ 549.313 no longo prazo (R\$ 798.273 - 2000).

Na construção/conversão de navios em "FPSO - Floating Production, Storage and Offloading" e "FSO - Floating, Storage and Offloading", a Brasoil, tendo em vista a inadimplência contratual dos construtores, aportou, por conta dos mesmos, recursos financeiros no montante de R\$ 1.234.093 diretamente aos seus fornecedores e subcontratistas, com o intuito de evitar maiores atrasos nas construções/conversões e, conseqüentemente, prejuízos à Brasoil. Baseado em pareceres dos assessores jurídicos da Brasoil, esses gastos são passíveis de ressarcimento, pois representam um direito da Brasoil junto a tais construtores, motivo pelo qual foram impetradas ações judiciais de ressarcimento financeiro em cortes internacionais. Entretanto, em decorrência da característica litigiosa desses ativos, e as incertezas sobre as probabilidades de todo o recebimento dos valores desembolsados, conservadoramente, a Brasoil constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa de todos os créditos que não dispõem de garantias reais, no montante de R\$ 1.009.840, classificada em outras despesas operacionais líquidas.

(f) Plataforma P-36 - Campo de Roncador /RJ

Em 15 de março de 2001, ocorreu um acidente com a plataforma P-36, localizada no campo de Roncador, na Bacia de Campos, que se encontrava em produção desde maio de 2000. Em 20 de março de 2001, não obstante todos os esforços empreendidos pela Companhia, a plataforma não pôde ser recuperada e submergiu totalmente, resultando numa perda líquida no montante de R\$ 153.015, no resultado consolidado do exercício de 2001.

Adicionalmente, em dezembro de 2001, através de avaliação da área técnica da Companhia, foi constatada a impossibilidade de recuperação das linhas e dos oleodutos que estavam interligados à plataforma P-36, o que resultou na baixa dos referidos ativos, apresentando um acréscimo na despesa de R\$ 132.737, que está classificada em receitas (despesas) não operacionais.

Em 18 de junho de 2001, foi quitado o financiamento da plataforma P-36, no montante de US\$ 326 milhões, junto aos seus credores internacionais, e, em seguida, foi efetivado acordo com os resseguradores da referida plataforma para a quitação final do sinistro, ocorrida em julho de 2001, totalizando um recebimento de recursos da ordem de US\$ 497 milhões.

(g) Transferência de Ativos para a Transpetro

No exercício de 2001, a Petrobras transferiu, como aporte de capital, 28 navios para sua subsidiária Transpetro, anteriormente afretados na modalidade casco nu, sendo 20 navios em março e 8 navios em dezembro de 2001. O valor dos navios transferidos, suportados por laudos de avaliação de peritos especializados, totalizava R\$ 278.878.

(h) Venda de plataformas

No exercício de 2001, a Braspetro e a Pifco apuraram resultado positivo de R\$ 831.244 na venda de plataformas de propriedade de suas subsidiárias, classificado, no Consolidado, em outras receitas (despesas) não operacionais.

(i) Devolução de áreas de exploração à ANP

Durante o exercício de 2001, a Petrobras devolveu para a Agência Nacional do Petróleo - ANP os direitos sobre 59 concessões exploratórias de um total de 115 concessões outorgadas à Companhia, em 6 de agosto de 1998.

Nas 59 concessões que foram devolvidas à ANP, a Petrobras detinha direitos exclusivos em 43 dessas concessões, e em 16 blocos atuava em parcerias com outras empresas.

Nesses 59 blocos que foram devolvidos, a Petrobras realizou 17 descobertas, com volume estimado de 650 milhões de barris de óleo equivalente. As áreas correspondentes a essas descobertas - área de segurança (parte dos blocos que estão sendo devolvidos) permaneceram com a Companhia para dar a continuidade aos trabalhos de avaliação dos reservatórios.

9 Financiamentos

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Longo prazo		Circulante		Longo prazo	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000
No exterior								
Instituições financeiras	3.288.489	6.091.282	4.498.862	4.674.910	1.262.272	5.060.266	2.461.353	3.132.453
Obrigações ao portador "Notes" "Commercial Papers"	142.568	283.168	4.361.325	1.429.100	38.593	283.168	1.584.600	1.429.100
Securitização de exportações	1.043.642	1.179.098				437.946		
Fornecedores	3.705		2.088.360					
Outros	416.369	256.746	691.045	808.438				
		25.178		304.792				
No País								
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	116.838	133.338	417.834	461.389	116.838	133.338	417.834	461.389
Debêntures	20.468	32.956	640.956	607.016	20.468	32.956	640.956	607.016
FINAME - vinculados à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil	49.711	3.486	905.529	803.252	49.711	3.486	905.529	803.252
Outros	50.701	77.322	98.735	106.994	50.701	77.322	98.735	106.994
	5.132.491	8.082.574	13.702.646	9.195.891	1.538.583	6.028.482	6.109.007	6.540.204

(a) Vencimentos no longo prazo:

	2001	
	Consolidado	Controladora
2003	1.811.304	1.356.895
2004	1.446.216	844.965
2005	924.306	628.669
2006	1.705.634	1.156.695
2007	868.838	736.541
2008	1.745.529	397.535
2009	362.223	274.988
2010	741.743	232.610
2011 em diante	4.096.853	480.109
	13.702.646	6.109.007

(b) Taxas de juros financiamentos de longo prazo:

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
No exterior				
Até 6%	3.673.902	1.586.835	1.682.175	1.586.835
De 6 a 8%	3.305.632	3.250.228	1.505.015	1.921.161
De 8 a 10%	4.524.067	2.380.177	858.763	1.053.557
De 10 a 12%	135.991			
	11.639.592	7.217.240	4.045.953	4.561.553
No país				
Até 6%	1.143.726	1.110.096	1.143.726	1.110.096
De 6 a 8%	905.529		905.529	
De 8 a 10%	10.879	831.818	10.879	831.818
De 10 a 12%	2.920	36.737	2.920	36.737
	2.063.054	1.978.651	2.063.054	1.978.651
	13.702.646	9.195.891	6.109.007	6.540.204

(c) Saldos por moedas no longo prazo:

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Dólar norte-americano	10.710.332	6.131.030	3.116.693	3.475.343
lène	1.638.830	1.747.851	1.638.830	1.747.851
Franco francês	108.840	123.699	108.840	123.699
Lira italiana	295.305	270.683	295.305	270.683
Xelim austríaco	187.500	167.250	187.500	167.250
Real	750.570	742.576	750.570	742.576
Outras	11.269	12.802	11.269	12.802
	13.702.646	9.195.891	6.109.007	6.540.204

Senior Notes

Em 9 de maio e 6 de julho de 2001, a Pifco, emitiu Senior Notes nos montantes de US\$ 450 milhões e US\$ 600 milhões, com vencimentos em 2008 e 2011 e juros de 9,875% e 9,750%, respectivamente.

Securitização de exportações

Em dezembro de 2001, a Petrobras e a Petrobras Finance Ltd., assinaram contratos ("Master Export Contract" e "Prepayment Agreement") entre si e, também, com uma entidade de propósito específico, não relacionada à Petrobras, denominada PF Export Receivables Master Trust ("PF Export"). Esses contratos têm por finalidade a estruturação de uma operação de securitização de recebíveis de exportação a serem gerados pela Petrobras Finance Ltd., por intermédio de vendas, no mercado internacional, de óleo combustível e outros produtos adquiridos da Petrobras.

Como previsto nos contratos, a Petrobras Finance Ltd. cedeu à PF Export os direitos sobre os recebíveis futuros no montante de US\$ 900 milhões e, em contrapartida, a PF Export emitiu e entregou à Petrobras Finance Ltd. os seguintes títulos de sua emissão, também no montante de US\$ 900 milhões:

- US\$ 750 milhões de Senior Trust Certificates, com vencimento em 2010, 2011 e 2013 e taxas de juros entre 6,60% e 6,75% a.a.
- US\$ 150 milhões de Junior Trust Certificates, com vencimento entre 2010 e 2013 e taxas de juros de 9% a.a.

Ainda, em 7 de dezembro de 2001, a Petrobras Finance Ltd. vendeu a totalidade dos Senior Trust Certificates no mercado internacional pelo seu valor de face, ou seja US\$ 750 milhões, sem apurar ganho ou perda na operação. O montante recebido na operação foi, então, transferido a Petrobras à título de pré-pagamento das exportações a serem efetuadas pela Petrobras à Petrobras Finance Ltd. de acordo com o "Prepayment Agreement".

A cessão dos direitos sobre os recebíveis futuros de exportação representam uma obrigação da Petrobras Finance Ltd. que será liquidada com a transferência dos recebíveis para a PF Export, à medida que forem gerados. Essa obrigação incorrerá juros nas mesmas bases que os Senior e Junior Trust Certificates, como descritos acima.

Outras informações

Os empréstimos e financiamentos se destinam, principalmente, à compra de matéria-prima, desenvolvimento de projetos de produção, construção de navios, construção de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

Em 31 de dezembro de 2001, as debêntures emitidas com a finalidade de financiar, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a aquisição antecipada do direito de transportar, no Gasoduto Bolívia-Brasil, o volume de 6 milhões de m³/dia de gás, pelo prazo de 40 anos ("TCO - Transportation Capacity Option"), totalizaram R\$ 430.000 (43.000 títulos, com valor nominal de R\$ 10) com vencimento em 15 de fevereiro de 2015. Essas debêntures possuem garantia concedida pela Gaspetro, interveniente da operação, ao BNDES, de ações ordinárias de sua propriedade, emitidas pela TBG.

A Controladora vem se utilizando, também, do repasse de recursos financeiros de subsidiárias, através de contratos de mútuo, destinados à ampliação de unidades industriais. Em 31 de dezembro de 2001, esses recursos correspondiam a R\$ 139.638 (R\$ 186.636 - 2000).

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, TBG, Petrobras, Petroquisa e Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

O valor de empréstimos e financiamentos na Controladora supera, em, aproximadamente, R\$ 442.000, o valor presente líquido, calculado a taxas de mercado vigentes em 31 de dezembro de 2001, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados.

As operações de "hedge", contratadas para cobertura de "Notes" emitidos no exterior em moedas estrangeiras, estão divulgadas na nota explicativa 18 - Política de gerenciamento de riscos.

10 Despesas financeiras, líquidas

Os encargos financeiros e as variações cambiais e monetárias líquidas, apropriados ao resultado de 2001 e de 2000, estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos	(1.365.855)	(1.270.584)	(675.193)	(1.010.668)
Fornecedores	(327.951)	(4.517)	(328.935)	(389.323)
Plano de pensão	(307.285)	(281.890)	(307.285)	(281.890)
Juros capitalizados	13.010		13.010	
Outras	(138.517)	(161.104)	(34.620)	(11.527)
	<u>(2.126.598)</u>	<u>(1.718.095)</u>	<u>(1.333.023)</u>	<u>(1.693.408)</u>
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	2.073.861	1.194.626	1.854.436	1.010.447
Titulos do Tesouro Nacional	571.890	532.146		
Subsidiárias, controladas e coligadas			416.002	474.953
Adiantamentos a fornecedores	82.174	104.711	82.174	60.584
Outras	431.610	196.075	77.224	106.228
	<u>3.159.535</u>	<u>2.027.558</u>	<u>2.429.836</u>	<u>1.652.212</u>
Variações cambiais e monetárias, líquidas	<u>(2.376.423)</u>	<u>(1.426.345)</u>	<u>(1.608.795)</u>	<u>(989.149)</u>
	<u>(1.343.486)</u>	<u>(1.116.882)</u>	<u>(511.982)</u>	<u>(1.030.345)</u>

A Petrobras e suas subsidiárias têm intenso relacionamento comercial e financeiro com o mercado internacional, com operações em moeda estrangeira que sofreram impactos da desvalorização do real (18,67% em relação ao dólar norte-americano), integralmente reconhecidos no resultado do exercício.

11 Impostos e contribuições sociais

(a) Impostos e contribuições sociais a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Passivo circulante				
ICMS	1.271.106	1.191.244	1.175.552	1.146.942
Imposto de renda	1.625.990	343.514	568.250	269.258
CSLL	398.926	9.549		
COFINS	574.752	536.007	472.952	518.773
PASEP	128.239	116.176	106.212	112.442
Participação especial/royalties	647.574	711.733	645.955	710.413
Outras taxas	211.872	139.992	99.374	75.072
	<u>4.858.459</u>	<u>3.048.215</u>	<u>3.068.295</u>	<u>2.832.900</u>

(b) Impostos e contribuições sociais diferidos

Os impostos e contribuições sociais diferidos passivos, no montante de R\$ 2.981.830 (R\$ 2.614.998 - 2000), estão calculados, basicamente, sobre gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, conforme permitido pelo Decreto-lei nº 62/66 e artigo 416 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, sobre depreciação incentivada e sobre o saldo de correção monetária especial - Lei nº 8.200/91. Esses passivos diferidos serão realizados ao longo da vida útil dos ativos relacionados.

Em 31 de dezembro de 2000, os saldos de prejuízos fiscais na Controladora eram de R\$ 1.596.364 para fins de imposto de renda e R\$ 882.725 para fins de contribuição social. Sobre esses prejuízos, foi constituído um crédito, apresentado no realizável a longo prazo, no montante de R\$ 478.536. O saldo do prejuízo fiscal para fins de imposto de renda e de contribuição social foi plenamente utilizado no exercício de 2001.

Em 31 de dezembro de 2001, a Petrobras tem registrado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 2.059.574 (R\$ 1.505.463 - 2000), sendo classificados no realizável a longo prazo a parcela de R\$ 2.021.861, e R\$ 37.713 no circulante. Estes créditos fiscais poderão ser compensados com lucros tributáveis a serem apurados nos próximos exercícios ou conforme os impostos diferidos passivos forem sendo realizados.

Com a operação de troca das NTN-P e pagamento total da dívida com a Petros (nota 3), os rendimentos desses títulos que até então eram diferidos tributariamente, foram realizados, sendo, a respectiva provisão para imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 189.451, transferida para o passivo circulante.

A TBG, controlada da Gaspetro, apresentava em 31 de dezembro de 2001 prejuízos fiscais acumulados e bases negativas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.177.854 (R\$ 528.456 em 2000), que podem ser compensados com lucros tributáveis futuros no limite de 30% sobre o lucro anual, com base na Lei nº 9.249/95, o que, na consideração da administração da TBG, ocorrerá no decorrer da vida útil do projeto Gasoduto Bolívia-Brasil. Entretanto, considerando o longo prazo estimado para sua utilização, esses créditos fiscais, no montante de R\$ 388.691 (R\$ 201.213 - 2000), não estão registrados nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e de 2000. O reconhecimento contábil desses créditos será reavaliado anualmente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2001, a Petroquisa apurou um ganho de R\$ 151.034 referente à reversão de provisão de tributos contabilizados em exercícios anteriores pela realização de reserva de reavaliação reflexa de investidas, alienadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND.

A partir da edição da Medida Provisória nº 2.158/2001, tornou-se necessário apropriar os débitos futuros de imposto de renda e de contribuição social provenientes dos lucros gerados no exterior, através das subsidiárias e controladas localizadas no exterior, sendo que a tributação alcança os resultados desde 1996 para o imposto de renda e desde outubro de 1999 para a contribuição social.

Tal fato fundamentou o reconhecimento, em 2001 do ativo fiscal diferido decorrente do prejuízo fiscal acumulado de imposto de renda e da base negativa acumulada de contribuição social que, até então, vinha sendo registrado, já que não havia expectativa de rentabilidade que compensasse tais créditos fiscais.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2001, a Companhia (Consolidado) registrou imposto de renda e contribuição social diferidos passivos de R\$ 231.231 referentes aos lucros gerados no exterior.

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2001 e de 2000 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	13.551.002	14.128.599	13.698.104	14.093.641
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(4.607.341)	(4.803.724)	(4.657.355)	(4.791.838)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
Adições permanentes, líquidas	(301.248)	(216.370)	(283.135)	(207.898)
Varição de alíquota da contribuição social		(20.543)		(18.846)
Resultado de equivalência patrimonial	(201.202)	51.910	773.149	425.858
Amortização do deságio	268.563		87.283	
Incentivos fiscais	70.900	44.522	67.545	41.763
Provisão sobre realização da reserva de reavaliação de empresas alienadas no PND	151.034			
Prejuízo fiscal não registrado no exercício	(90.243)	(172.516)		
Efeito líquido da dedução fiscal de juros sobre capital próprio	734.646	634.316	608.299	616.690
Reversão de resultados sobre operações de controladas no exterior, líquida de impostos	382.638	100.310		
Impostos diferidos sobre resultados de participações societárias no exterior (MP 2158-35, de 24 de agosto de 2001)	(231.231)			
Outros itens	(51.881)	20.554		
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(3.875.365)	(4.361.541)	(3.404.214)	(3.934.271)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(618.989)	(1.363.925)	(672.365)	(1.268.513)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(3.256.376)	(2.997.616)	(2.731.849)	(2.665.758)
	(3.875.365)	(4.361.541)	(3.404.214)	(3.934.271)

12 Benefícios concedidos a empregados

(a) Plano de Pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e o plano de benefícios em vigor (Plano PETROS).

A Petros tem como principal objetivo a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos empregados da Petrobras, de suas subsidiárias e controladas, de outras empresas e da própria Petros.

O plano de suplementação adotado pela Petros para os empregados da Petrobras e da maioria de suas subsidiárias e controladas (Plano PETROS) é o de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2001, as seguintes empresas patrocinadoras pertenciam ao Plano PETROS: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e as subsidiárias Petrobras Distribuidora S.A. - BR, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, Petrobras Internacional S.A. - Braspetro, Petrobras Química S.A. - Petroquisa, além das empresas Petroquímica do Nordeste S.A. - Copene, Triquem S.A., Ultrafértil S.A., Companhia Petroquímica do Sul - Copesul, Petroflex Indústria e Comércio S.A., Petroquímica União, S.A. - Pqu, Nitriflex S.A. - Indústria e Comércio, DSM - Elastômeros Brasil Ltda e a Petros.

Para o alcance de seus objetivos, a Petros recebe contribuições mensais das empresas patrocinadoras que compõem o Plano PETROS de 12,93% sobre a folha de salários dos participantes do plano. Em 31 de dezembro de 2001, o total das contribuições pagas, referente à massa de participantes ativos atingiu o montante de R\$ 240.625 (R\$ 210.459 em 2000) no Consolidado e de R\$ 218.426 (R\$ 195.311 em 2000) na Controladora e foi imputada ao custeio das atividades industriais, comerciais, de pesquisa, prospecção e perfuração e outras.

A relação das contribuições entre patrocinadores e participantes do Plano PETROS, considerando apenas aquelas atribuíveis à Petrobras e suas subsidiárias, no exercício de 2001, foi de 0,96 (0,97 em 2000).

Para sustentação e estabilidade do plano de custeio, os encargos relativos à massa de empregados existentes na Petrobras, antes da constituição da Fundação (Grupo Pré-70), ficaram desvinculados da taxa contributiva aplicada sobre o montante mensal dos salários de contribuição. Desde então, a Petrobras, por intermédio de um convênio de parcelamento de dívida, passou a assumir o custeio dos benefícios pagos pela Petros a esse grupo de participantes, através de parcelas mensais que durante os exercícios de 2000 e 2001 correspondiam ao valor dos benefícios pagos ao mencionado grupo de participantes, que totalizaram, no exercício de 2001, R\$ 483.032 (R\$ 484.491 - 2000).

O total da dívida referente ao convênio do Grupo Pré-70, no montante de R\$ 5.637.036, reflete um acréscimo de despesa na Controladora no montante de R\$ 310.749 (R\$ 323.659 - 2000), classificada em outras despesas operacionais líquidas. Este saldo foi quitado, em 28 de dezembro de 2001, com títulos constantes do contrato de permuta de títulos federais celebrado entre a União e a Petrobras na mesma data (nota 3).

Em 16 de outubro de 2000, a Petros firmou um convênio de adesão com a subsidiária Transpetro, instituindo para seus empregados um plano de previdência privada de contribuição definida, denominado Plano Transpetro, que recebe, mensalmente, contribuições equivalentes a 5,32% da folha de salários dos participantes, que é igual ao valor das contribuições dos participantes.

Deliberação CVM nº 371

Conforme mencionado na nota 3, a Petrobras, subsidiárias e controladas implementaram, em 31 de dezembro de 2001, os procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio da Deliberação CVM nº 371, que dispõe sobre a contabilização de benefícios pagos a empregados, incluindo os benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas.

Em 31 de dezembro de 2001, com base em relatório de atuário independente, a Petrobras possuía um compromisso atuarial líquido de R\$ 2.740.937 no Consolidado e R\$ 2.470.322 na Controladora, que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o dos ativos garantidores, conforme demonstrado a seguir.

	Consolidado	Controladora
Compromisso atuarial	14.990.098	14.106.861
Ativos garantidores	(12.249.161)	(11.636.539)
	<u>2.740.937</u>	<u>2.470.322</u>
Passivo circulante	271.157	235.523
Exigível a longo prazo	2.469.780	2.234.799
	<u>2.740.937</u>	<u>2.470.322</u>

O valor do passivo líquido, deduzido do imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 2.070.052 na Controladora, foi registrado como ajuste de exercícios anteriores, conforme descrito na nota 3.

As principais premissas adotadas no cálculo atuarial foram as seguintes:

Método:	Unidade de crédito projetada
Taxas de desconto:	Inflação + 6%
Taxas de aumento nos níveis salariais:	Inflação + 2%
Taxa esperada de retorno de longo prazo sobre ativos:	Inflação + 6%

Emenda Constitucional nº 20

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuário independente, em regime de capitalização, adotado em caráter geral.

A apuração de eventual déficit no plano de benefício definido de acordo com o método atuarial do plano em vigor (que difere do método estabelecido na Deliberação CVM 371), terá que ser dividido paritariamente, entre a patrocinadora e os participantes, conforme determinado pela Emenda Constitucional nº 20.

Desta forma, caso o déficit apurado em 31 de dezembro de 2001, de acordo com o método da unidade de crédito projetada (Deliberação CVM nº 371), no montante de R\$ 2.740.937 no consolidado e R\$ 2.470.322 na controladora, venha a se refletir em déficit técnico no método adotado no Plano PETROS, resultando em aportes financeiros adicionais, estes serão divididos paritariamente com os participantes.

Novo plano de benefícios (Plano PETROBRAS VIDA)

Em maio de 2001, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a criação de um plano misto de previdência, destinado aos atuais e novos empregados baseado em contribuição definida para os benefícios programáveis e em benefício definido para os benefícios de risco.

A Petrobras decidiu adotar um plano de aposentadoria suplementar para seus empregados, com o objetivo de atrair e reter profissionais qualificados e com o perfil adequado ao presente mercado competitivo, além de propiciar uma significativa redução dos riscos para a Petrobras, em relação às futuras obrigações com a Fundação Petros e uma maior transparência da posição patrimonial.

O novo Plano, denominado PETROBRAS VIDA, foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) e pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e, em outubro de 2001, foi homologado pelo Conselho de Administração da Petrobras.

As regras do processo de migração e as principais características do novo plano para os benefícios programáveis estão discriminadas a seguir:

- A migração para o novo plano é voluntária;
- Para os participantes que migrarem, os benefícios (direito proporcional no momento da migração) calculados com base no plano antigo serão saldados pela Companhia junto à fundação, que repassará aos participantes a título de benefício proporcional a partir da aposentadoria, com a garantia da Companhia (somente para os que optarem pelo benefício salgado). O risco é do participante para os que optarem pela transformação do benefício salgado em reserva matemática;
- Os benefícios pagos pela Petros aos aposentados e pensionistas passam a ser atualizados pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, não sendo mais influenciados pelas alterações que a Petrobras venha a fazer na política salarial, principalmente quanto aos reajustes salariais. Para os participantes que não migrarem, valem as regras de vinculação com os reajustes salariais;
- Com o novo plano haverá redução da contribuição da Petrobras de 12,93% para 8% (em média) incidente sobre o salário de contribuição dos participantes migrados, e
- O Plano PETROBRAS VIDA é de contribuição definida na fase de acumulação, portanto, não haverá ocorrência de déficits durante essa fase. Após a concessão do benefício, os eventuais déficits serão paritários entre patrocinadora e beneficiários.

O Processo de migração encontra-se temporariamente suspenso, como decorrência de decisão judicial emitida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em 10 de janeiro de 2002.

Dessa forma, os impactos da migração para o novo plano somente serão apurados e reconhecidos contabilmente quando a questão judicial for definida e o processo de migração finalizado. Os impactos da migração e o custo com os benefícios previstos no novo plano serão avaliados conforme os conceitos estabelecidos na Deliberação CVM Nº 371.

Caso a totalidade dos participantes tivesse migrado para o Plano PETROBRAS VIDA, em 31 de dezembro de 2001, o compromisso atuarial (benefício integral e proporcional a ser salgado), calculado considerando as regras de migração e as premissas do novo plano, comparado ao compromisso do plano em vigor pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	Controladora
Plano PETROBRAS VIDA	16.760.809	15.814.184
Plano PETROS	14.990.099	14.106.860

(b) Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras e suas subsidiárias mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados (ativos e inativos) e respectivos dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela fixa para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, de acordo com tabelas de participação baseada em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais.

O compromisso da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes das diferenças entre as premissas atuariais e o efetivamente ocorrido são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do passivo atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

A atualização da provisão relativa aos empregados ativos, referente ao exercício de 2001, totalizou R\$ 232.371 no Consolidado e R\$ 193.284 na Controladora e foi absorvida no custeio das atividades operacionais da Companhia (R\$ 131.868 no Consolidado e R\$ 131.868 na Controladora) diretamente no resultado (R\$ 85.391 no Consolidado e R\$ 61.416 na Controladora) e diretamente no Patrimônio Líquido (R\$ 15.112 no Consolidado). A atualização da provisão relativa aos empregados inativos, que totalizou R\$ 340.395 no Consolidado e R\$ 322.478 na Controladora no exercício, está registrada em outras despesas operacionais líquidas.

Em 31 de dezembro de 2001, o saldo da provisão dos gastos com Plano de Saúde pós-emprego para empregados ativos, aposentados e dependentes, calculada por atuário independente, montava a R\$ 3.270.699 no Consolidado (2000 - R\$ 2.865.079) e R\$ 3.012.241 na Controladora (2000 - R\$ 2.655.999) conforme demonstrado a seguir:

(i) Movimentação dos valores provisionados

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Saldo em 1º de janeiro	2.865.079	2.505.185	2.655.999	2.330.492
Contribuições da Companhia	(167.146)	(134.914)	(159.520)	(129.385)
Provisionamento dos gastos no ano	572.766	494.808	515.762	454.892
Saldo em 31 de dezembro	3.270.699	2.865.079	3.012.241	2.655.999

(ii) Composição dos valores provisionados

	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Total do passivo atuarial	4.522.240	3.948.023	4.240.583	3.681.206
Perdas não reconhecidas	(1.251.541)	(1.082.944)	(1.228.342)	(1.025.207)
Valores provisionados	3.270.699	2.865.079	3.012.241	2.655.999

(iii) Variação nos custos com assistência médica

As premissas de evolução de custos com assistência médica tem um impacto significativo nos saldos dos valores provisionados e respectivos custos reconhecidos. Uma variação de 1% nessa premissa teria o seguinte impacto nos valores apresentados:

	Consolidado		Controladora	
	1% de acrécimo	1% de redução	1% de acrécimo	1% de redução
Passivo atuarial	684.597	(557.345)	634.714	(518.655)
Custo normal	19.941	(14.625)	17.737	(13.018)

13 Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, no exercício de 2001, a Petrobras, referente ao Acordo Coletivo de 2001/2002, provisionou o valor de R\$ 416.454 no Consolidado (2000 - R\$ 209.598) e R\$ 380.000 na Controladora (2000 - R\$ 190.000), de participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados (PLR), que inclui valor de R\$ 153.852 no Consolidado e R\$ 140.000 na Controladora já pago no exercício de 2001. O valor da provisão respeita os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controles das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados, será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária, em 22 de março de 2002, na forma disposta pelo artigo do 56º Estatuto Social da Companhia pelas normas federais específicas.

14 Patrimônio líquido

(a) Capital

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, no valor de R\$ 13.033.249, está representado por 634.168.418 ações ordinárias e 451.935.669 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

Em 22 de fevereiro de 2001 a Securities and Exchange Commission aceitou o registro de um programa de ADR nível II para as ações preferenciais da Petrobras em substituição ao programa de ADR nível I. A partir daquela data, essas ações passaram a ser negociadas nos pregões na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). As ações ordinárias são negociadas nos pregões da NYSE desde agosto de 2000.

As ações preferenciais não asseguram direito de voto, são inconversíveis em ações ordinárias e vice-versa. Os portadores de ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e na distribuição de um dividendo mínimo de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes da incorporação de reservas e lucros.

A Administração da Petrobras encaminhará proposição à Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária em 22 de março de 2002, para aumento do capital social da Companhia de R\$ 13.033.249 para R\$ 16.291.561 mediante a capitalização de reserva de lucros constituída em exercícios anteriores, sem a emissão de novas ações, com o objetivo de compatibilizar o capital da Companhia aos níveis de investimentos de uma indústria de petróleo, com uso intensivo de capital e ciclo operacional de longa maturação.

(b) Reservas

Reserva de subvenções - AFRMM

Constituída pelo montante dos recursos provenientes do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que são aplicados na aquisição, ampliação ou reparação da frota de navios, em conformidade com a Portaria do Ministério da Fazenda nº 188, de 27 de setembro de 1984.

Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte de seu imposto de renda.

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, contabilizadas por subsidiária e por coligadas de subsidiária, com base em laudos de avaliação firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização desta reserva, proporcional à alienação de participação acionária em Companhias controladas e coligadas de subsidiária e à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados, foi integralmente transferida para lucros acumulados no montante de R\$ 7.968 (R\$ 9.298 - 2000).

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de lucros a realizar

Como facultado pelo artigo 197 da Lei nº 6.404/76, essa reserva objetiva postergar a distribuição de lucros economicamente existentes, mas financeiramente ainda não realizados. Quando realizados, são transferidos para lucros acumulados e computados para fins de cálculo do dividendo obrigatório.

O saldo da reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2000, no montante de R\$ 2.875.943, incluía os valores relativos às realizações de reserva de reavaliação por alienação de participação de empresas controladas e coligadas de subsidiárias, no montante de R\$ 956.951, de resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$ 395.015 e parte do saldo credor de correção monetária de balanço apurada até 1995, não realizada, no montante de R\$ 1.523.977.

Este saldo foi integralmente realizado no exercício de 2001, pelo recebimento de dividendos de subsidiárias, principalmente na forma de títulos provenientes da privatização de controladas (nota 3), da realização da maior parte do saldo das Contas petróleo e álcool e outros, e foi adicionado ao lucro básico para fins de dividendos (item d).

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (complementada pela Lei 10.303/2001).

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2001 está sendo prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$ 6.524.884, sendo a parcela de R\$ 6.129.887 proveniente do lucro do exercício e R\$ 394.997 do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecido no orçamento de capital do exercício de 2002, a ser deliberado em Assembléia Geral de Acionistas em 22 de março de 2002.

(c) Ajuste de exercícios anteriores

Conforme facultado pelo pronunciamento sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados (Normas e Pronunciamentos Contábeis - NPC nº 26), emitido pelo IBRACON e aprovado pela CVM, conforme descrito na nota 2a, a Companhia reconheceu, no exercício de 2001, diretamente no patrimônio líquido, o saldo do passivo atuarial líquido, deduzido do imposto de renda e da contribuição social, no montante de R\$ 2.275.013.

(d) Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2001, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de março de 2002, no montante de R\$ 3.584.143, atende aos direitos garantidos, estatutariamente, às ações preferenciais (artigo 5º),

distribuindo indistintamente às ações ordinárias e preferenciais o dividendo calculado sobre o lucro básico para fins de determinação do dividendo, podendo ser assim demonstrado:

	2001	2000
Lucro líquido do exercício (controladora)	10.293.890	10.159.370
Apropriação:		
Reserva legal	(514.696)	(507.968)
	9.779.194	9.651.402
Reversões:		
Reserva de lucros a realizar	2.875.943	40.489
Reserva de reavaliação	7.968	9.298
Lucro básico para determinação do dividendo	12.663.105	9.701.189
Dividendo proposto, equivalente a 28,30% do lucro Básico - R\$ 3,30 por ação (27,86% em 2000, R\$ 2,37 por ação), composto de:		
Juros sobre o capital próprio	2.139.625	1.813.794
Dividendo	1.444.518	758.884
Total de dividendos propostos	3.584.143	2.572.678
Menos:		
Dividendos pagos antecipadamente:		
Juros sobre o capital próprio	(1.107.826)	
Dividendos	(106.358)	
Atualização dos juros sobre o capital próprio e dividendos antecipados	(71.905)	
	(1.286.089)	
Saldo de dividendos propostos	2.298.054	2.572.678

Os juros sobre o capital próprio de R\$ 2.139.625 (R\$ 1.813.794 em 2000) foram imputados ao dividendo do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia. Esses juros foram contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a deliberação CVM nº 207/76, resultando num crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de, aproximadamente, R\$ 727.473 (R\$ 616.690 em 2000).

Em 22 de agosto de 2001, a Petrobras distribuiu antecipadamente remuneração aos acionistas no valor de R\$ 1.214.184, sendo R\$ 1.107.826 sob a forma de juros sobre capital próprio, correspondendo a R\$ 1,05 por ação ordinária e preferencial. Esses dividendos serão descontados dos dividendos propostos para o exercício social de 2001, corrigidos pela taxa SELIC desde a data de seu pagamento até 31 de dezembro de 2001, totalizando R\$ 1.286.089.

O saldo de dividendos propostos referente ao exercício de 2001 no montante de R\$ 2.298.054, equivalente a R\$ 2,12 por ação, inclui parcela de juros sobre capital próprio de R\$ 966.633 aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras, em 20 de dezembro de 2001, sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95, e terão os seus valores atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2001 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Adicionalmente, considerando a política de transparência na gestão que a Companhia vem adotando e visando fortalecer o bom relacionamento e confiança perante seus acionistas, investidores e mercado em geral, o Conselho de Administração da Petrobras está complementando os dividendos aos acionistas imunes e isentos de tributação, referentes aos exercícios sociais de 1998, 1999 e 2000, nos montantes de R\$ 43.452, R\$ 40.275 e R\$ 130.171 (equivalentes R\$ 0,064, R\$ 0,064 e R\$ 0,25 por ação), respectivamente, totalizando R\$ 213.898 e que são idênticos ao valor adicionado ao dividendo, por conta de compensação do imposto de renda retido na fonte quando do pagamento dos juros sobre capital próprio, atribuído aos acionistas tributados, e que já foram pagos, em função de interpretação da Deliberação CVM nº 207/96, que determina que os juros pagos ou creditados somente poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório pelo seu valor líquido de imposto de renda na fonte.

Estes valores serão corrigidos monetariamente pela taxa SELIC, desde o dia 31 de dezembro de cada exercício a que se referem, até a data de início de pagamento e, em 31 de dezembro de 2001, correspondiam a R\$ 75.198, R\$ 55.493 e R\$ 152.717 referentes aos exercícios de 1998, 1999 e 2000, respectivamente.

Somente receberão o complemento dos dividendos os acionistas na condição de imunes e isentos, para fins de retenção na fonte de imposto de renda sobre juros sobre capital próprio, constante da posição acionária da data da assembléia que aprovou os dividendos de cada exercício. Os demais acionistas daquela época já receberam esta parcela, junto ao dividendo mínimo obrigatório do exercício.

O procedimento presentemente adotado está em consonância com a recomendação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de dezembro de 2001.

15 Compromissos e contingências

(a) Processos judiciais

A Petrobras e suas subsidiárias estão envolvidas em processos legais resultantes das suas operações. A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2001	2000
Reclamações trabalhistas	20.308	18.395
Processos fiscais	22.735	16.009
Processos cíveis	190.139	130.125
	233.182	164.529

Em 28 de maio de 1981, a Kallium Mineração S.A. ajuizou uma ação contra a Petromisa, uma extinta controlada da Petrobras, no Tribunal Federal do Estado do Rio de Janeiro reclamando aproximadamente R\$ 1.044.180 referentes a perdas, danos e lucros cessantes alegados devido à rescisão pela Petromisa de um contrato para o desenvolvimento de uma mina de sal de potássio. As demandas da reclamante se baseiam no investimento por ela feito para desenvolver o projeto e nos correspondentes lucros cessantes. A Petrobras foi citada no processo devido à sua relação com a Petromisa. Contudo, a Petromisa foi estatutariamente liquidada pela Petrobras e, segundo a lei brasileira, todas as suas obrigações deveriam ter sido transferidas para o Governo Federal. Assim, a Petrobras entende que qualquer indenização a ser paga pela controlada liquidada será de responsabilidade do Governo Federal e não da Petrobras. Em vista disso, o Governo Federal também foi citado no processo como parte demandada. Em 10 de agosto de 1999, o tribunal considerou improcedente a maioria das demandas da reclamante e decidiu que a Petrobras deveria indenizar a reclamante apenas em relação às despesas por ela incorridas com pesquisas preliminares. O valor para a liquidação da causa que vier a ser determinado está sujeito ao aumento de 10% referente aos honorários advocatícios.

Nenhuma indenização por lucros cessantes foi estabelecida pelo tribunal. O valor total da indenização a ser paga que vier a ser determinado pelo tribunal está sujeito à correção monetária e juros de 6% ao ano calculados desde a data do início da ação. Em setembro de 1999, ambas as partes entraram com recurso no Tribunal Federal de Recursos do Estado do Rio de Janeiro, os quais aguardam julgamento. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a administração da Companhia não espera obter decisão desfavorável nesse processo, desta forma não foi estabelecida uma correspondente provisão para essa contingência.

Em 8 de agosto de 1993, a Indústria Bahiana de Adubos, Importação e Exportação Ltda. ajuizou uma ação contra a Companhia no Tribunal do Estado da Bahia demandando indenização de aproximadamente R\$ 290.463 por perdas e danos. A demanda se deve à recusa da Petrobras em vender fertilizantes à reclamante devido à inadimplência demonstrada pela reclamante em outros contratos anteriores com a Petrobras. A reclamante alega que essa recusa afetou a sua condição financeira o que em última análise levou à sua falência. Em 9 de dezembro de 1993, o Tribunal proferiu decisão a favor da reclamante. Contudo, recurso foi ajuizado pela Companhia sendo essa decisão revertida pelo Tribunal de Alçada. Subseqüentemente, a reclamante ajuizou embargos de declaração solicitando esclarecimentos sobre a decisão proferida, mas em 26 de setembro de 1998 o tribunal confirmou a sua decisão anterior. Em 31 de agosto de 1999, a reclamante ajuizou recurso especial junto ao Superior Tribunal de Justiça. Com base na intenção desse Tribunal de considerar o recurso da reclamante, a administração da Companhia entende que é possível que a decisão sobre esse caso venha a ser desfavorável à Companhia. Contudo, nenhuma provisão correspondente à essa contingência foi constituída.

Em julgamento realizado em 8 de junho de 1999, a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deu provimento a recurso da Petrobras para considerar extinta, sem julgamento do mérito, Ação Ordinária movida por acionista minoritário da Petroquisa, pleiteando que a Petrobras indenizasse aquela subsidiária por supostos prejuízos causados com a privatização de suas participações em controladas e coligadas, por alegado exercício abusivo de seu poder de controle.

No entanto, os autores da Ação Ordinária entraram com pedido de embargos de declaração, com efeito modificativo da decisão anterior, na mesma 3ª Câmara Cível, que acolheu o pedido, por maioria de votos, em novo julgamento, ao declarar que a Petrobras é parte legítima para responder a ação.

Por conta dessa decisão, a Petrobras apresentou, em 23 de fevereiro de 2000, recurso de embargos infringentes, tendo o 6º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por unanimidade, acolhido questão de ordem para determinar que somente após o julgamento do mérito da apelação, ainda pendente de exame pela 3ª Câmara Cível, deveriam ser aqueles embargos apreciados. Tal decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 3 de outubro de 2000, tendo os autos, então, retornado à 3ª Câmara Cível, onde se encontram aguardando a designação da pauta para julgamento. A Companhia, conforme opinião de seus advogados internos, considera como remota a possibilidade de perda dessa questão judicial.

Busca e apreensão de recolhimentos tidos como indevidos de ICMS/substituição tributária

A Petrobras foi acionada na justiça por algumas pequenas distribuidoras de petróleo, sob a suposta alegação de não repassar aos governos estaduais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS retido, por força de lei, no ato da venda dos combustíveis. As ações foram ajuizadas nos Estados de Goiás, Tocantins, Bahia, Pará, Maranhão e Distrito Federal.

Do valor total dessas ações, da ordem de R\$ 927.363, até dezembro de 2001, cerca de R\$ 76.015 foram efetivamente sacados das contas da Companhia, por força de decisões judiciais de antecipação de tutela.

A Petrobras, com o apoio das autoridades estaduais e federais, além de ter conseguido impedir a efetivação de outros saques, está empreendendo todos os esforços possíveis para obter o ressarcimento das quantias que foram, indevidamente, sacadas das suas contas.

(b) Questões ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais. Essas leis disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais e estabelecem que os efeitos sobre o meio ambiente das operações da Companhia devem ser por ela corrigidos ou mitigados.

Em 18 de outubro de 2001, 392 mil litros de nafta vazaram no mar, na saída do porto de Paranaguá, em consequência da colisão do navio Norma, da Transpetro, contra uma pedra. O acidente, atribuído ao mau posicionamento das bóias de sinalização no local, não causou nenhum dano significativo ao meio ambiente. Mesmo assim, a Petrobras foi multada pela Capitania dos Portos em R\$ 50 e pelo Ibama em R\$ 5.000, tendo recorrido de ambas as multas.

Em 16 de fevereiro de 2001, um oleoduto rompeu-se devido a movimentos de acomodação do solo, resultando no derramamento de cerca de 340 barris de óleo combustível. A Companhia foi multada em aproximadamente R\$ 174.030 pelo Instituto Ambiental do Paraná, multa esta que a Companhia está contestando atualmente. Em 15 de março de 2001, a explosão ocorrida na plataforma P-36 causou derramamento de 78.400 barris de óleo diesel e de petróleo bruto. A Companhia recebeu multa no valor de R\$ 7.000 aplicada em abril de 2001 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) pelo vazamento e pela utilização inadequada de produtos químicos durante as tentativas de dispersão do óleo. A Companhia atualmente está contestando essas multas.

Com relação ao vazamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara em 18 de janeiro de 2000, o Estado do Rio de Janeiro, através da sua Promotoria, moveu ação criminal contra a Companhia em 19 de janeiro de 2001 sob a alegação de crimes ambientais que ocasionaram o vazamento. Adicionalmente, a Promotoria Pública Federal moveu ações criminais contra o presidente da Companhia e outros 9 funcionários. Esses processos foram incluídos no processo movido pela Promotoria Pública Federal durante o primeiro trimestre de 2001. Essa ação pode resultar na imposição de multas adicionais contra a Companhia e/ou mandados judiciais exigindo da Companhia a prestação de serviços destinados à melhoria do meio ambiente. A Companhia está atualmente contestando a base legal para o processo criminal, não podendo prever se o resultado desses processos afetará negativa e significativamente suas operações.

Quanto ao vazamento de óleo ocorrido na refinaria Presidente Vargas em 16 de julho de 2000, as Promotorias da República e do Estado do Paraná moveram ação civil contra a Companhia reclamando R\$ 2.707.907 por perdas e danos. A Companhia já apresentou sua resposta a esse processo. Adicionalmente, ainda há duas ações pendentes, uma movida pelo Instituto Ambiental do Paraná e outra pela AMAR (uma associação civil), que já foram contestadas pela Companhia.

16 Garantia aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu à Agência Nacional de Petróleo - ANP, como garantia para o programa exploratório mínimo previsto nos contratos de concessão das áreas de exploração, garantias totalizando R\$ 1.582.638. Desse montante, R\$ 1.473.000, correspondem ao penhor do petróleo extraído de campos previamente identificados e já em fase de produção, para áreas em que a Petrobras já havia efetuado descobertas comerciais ou promovido investimentos a partir da vigência da lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Para as áreas cuja concessão foi obtida através de licitação da ANP, a Petrobras concedeu garantias bancárias no total de R\$ 109.638, até 31 de dezembro de 2001.

17 Segmentação de negócios

A Petrobras é uma Companhia que opera de forma integrada e, portanto, nem todos os segmentos de negócio geram receitas operacionais relevantes com terceiros, sendo a maior parte da produção de petróleo e gás do segmento Exploração e Produção transferida para outros segmentos da Petrobras.

Nas demonstrações segmentadas, as operações da Companhia estão apresentadas de acordo com a Estrutura Organizacional aprovada em 23 de outubro de 2000, pelo Conselho de Administração da Petrobras, contendo as seguintes áreas de negócios:

- (a) Exploração e produção: explora, desenvolve reservas e produz petróleo e gás no Brasil e, também, vende petróleo nos mercados interno e externo.
- (b) Abastecimento: contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e álcoois, além da petroquímica, por intermédio de diversas participações em empresas petroquímicas no Brasil e duas plantas de fertilizantes de propriedade da Companhia.
- (c) Distribuição: representada pela BR, responsável pela distribuição de derivados e álcoois no Brasil.
- (d) Gás e Energia: engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no País ou importado e, futuramente, a comercialização de energia elétrica adquirida no País. Contempla, ainda, as participações societárias em transportadoras de gás natural, distribuidoras estaduais de gás natural e em termelétricas.
- (e) Internacional: abrange as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento e de gás e energia e distribuição realizadas em treze países ao redor do mundo.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens não identificados aos demais segmentos, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa da Companhia.

As informações contábeis por segmento de negócios foram elaboradas com base na premissa da controlabilidade, objetivando atribuir aos segmentos de negócios somente os itens sobre os quais estes segmentos tenham efetivo controle.

Destacamos, abaixo, os principais critérios utilizados na segmentação dos negócios:

- (a) Receita operacional líquida: foram consideradas as receitas relativas às vendas realizadas a clientes externos, acrescidas dos faturamentos entre os segmentos de negócios, tendo como referência os preços internos de transferência definidos entre as áreas.
- (b) No lucro operacional estão computados a receita operacional líquida, os custos dos produtos e serviços vendidos, que são apurados por segmento de negócio considerando o preço interno de transferência e os demais custos operacionais de cada segmento, bem como as despesas operacionais, nas quais são consideradas as despesas efetivamente incorridas em cada segmento.
- (c) Ativos: contemplam os ativos identificados à cada segmento.

18 Política de gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou nas taxas de juros possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia. A Companhia mantém uma política global de gerenciamento de riscos que vem se desenvolvendo sob a direção dos diretores da Companhia.

A Companhia pode utilizar instrumentos derivativos e não-derivativos para implementar sua estratégia global de gerenciamento de riscos. Entretanto, ao utilizar instrumentos derivativos, a Companhia se expõe a riscos de crédito e de mercado. Riscos de crédito consistem no não cumprimento dos termos do contrato derivativo por uma contraparte.

Riscos de mercado representam o efeito adverso sobre o valor de um instrumento financeiro que resulta de uma alteração nas taxas de juros, nas taxas cambiais ou nos preços das mercadorias. A Companhia monitora os riscos de crédito limitando as contrapartidas a instrumentos financeiros derivativos de instituições financeiras de primeira linha. Os riscos de mercado são gerenciados pelos diretores da Companhia. A Companhia não mantém e tampouco emite instrumentos financeiros para fins comerciais.

A Companhia protege seu patrimônio utilizando o sistema misto de seguro, de acordo com a característica dos bens e a natureza dos riscos cobertos.

(a) Gerenciamento de riscos de mercado de petróleo e derivados

A política de atuação da Petrobras nos mercados futuros objetiva fixar preços e/ou margens de operações comerciais na área de petróleo e seus derivados que, no global, conduzam à redução de riscos. Essas operações estão sempre atreladas às realizadas no mercado físico, ou seja, são operações de "hedge" (não especulativas), nas quais todo resultado positivo ou negativo é contrabalançado por resultado oposto no mercado físico.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2001, foram efetuadas operações de "hedge" para 21% (13,85% - 2000) do volume total comercializado (importação e exportação). Em 31 de dezembro de 2001, as posições em aberto de mercado futuro, comparadas com o valor de mercado, apresentariam um resultado negativo de aproximadamente R\$ 12.976, caso fossem liquidadas naquela ocasião.

Adicionalmente, há uma operação de "hedge" de longo prazo em aberto, envolvendo a venda de opções de venda de 52 milhões de barris de petróleo WTI, no período de 2004 a 2007, que visa estabelecer uma proteção de preço para essa quantidade de petróleo, de forma a garantir aos financiadores do Projeto Barracuda/Caratinga uma margem mínima para cobertura do serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2001, essa operação, se liquidada a valor de mercado, geraria um resultado positivo de aproximadamente R\$ 11.306.

(b) Gerenciamento de riscos cambiais

No exercício de 2000, a Petrobras contratou operações de "hedge", para cobertura de "Notes" emitidos no exterior em lene, Lira italiana e Xelim austríaco, visando limitar sua exposição à valorização dessas moedas em relação ao dólar norte-americano.

As operações de "hedge" contratadas são denominadas "Zero Cost Collar" de compra e venda de opções, sem custo inicial, que estabelecem um piso e um teto para a variação de uma moeda em relação à outra, limitando a perda com a desvalorização do dólar norte-americano, enquanto permite aproveitar alguma parte da valorização da curva futura da moeda americana.

Os "hedges" dos empréstimos em Lira italiana e Xelim austríaco foram contratados tendo como referência o EURO, porque as duas moedas só circularão até o dia 28 de fevereiro de 2002.

A liquidação dessas operações de "hedge" é feita na data de cada vencimento das parcelas de juros e principal dos empréstimos, com base na diferença em dólar norte-americano entre o valor da taxa flutuante de câmbio na página "FEDSPOT" da REUTERS e o piso ou teto, conforme o caso.

As operações de "hedge" de moeda em aberto em 31 de dezembro de 2001 montavam a R\$ 1.197.519. Caso essas opções de compra e venda fossem liquidadas, considerando o valor de mercado em 31 de dezembro de 2001, seria apurada uma perda líquida de, aproximadamente, R\$ 277.789.

Os outros instrumentos financeiros, quando aplicável, estão sendo divulgados nas respectivas notas explicativas.

(c) Gerenciamento de risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo, e em menor escala, de curto prazo. A dívida a taxas de juros flutuantes de moeda estrangeira está sujeita principalmente à flutuação da LIBOR e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita principalmente à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros. Entretanto, a Companhia vem estudando vários tipos de instrumentos derivativos destinados a reduzir a exposição a riscos de flutuações da taxa de juros e poderá utilizá-los no futuro.

(d) Seguros

A Petrobras, suas subsidiárias e controladas adotam o Sistema Misto para proteção de seu patrimônio, utilizando o seguro e o auto seguro, de acordo com as características dos bens, relevância e valor de reposição dos ativos e dos riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2001 podem ser assim demonstradas:

Ativo	Tipo de cobertura	Importância segurada	
		Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos diversos	32.916.103	31.411.336
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	1.924.637	1.146.143
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítima	Riscos de petróleo	16.855.715	16.855.715
		51.696.455	49.413.194

A Petrobras e suas subsidiárias e controladas mantêm cobertura para todas as cargas transportadas, por embarcações e veículos, no País e no exterior.

19 Meio ambiente

Uma das principais metas do Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional da Petrobras foi alcançada em 28 de dezembro de 2001 quando se completou a certificação das 35 unidades operacionais da empresa pelas normas ISO 14001 (meio ambiente) e BS 8800 ou OHSAS 18001 (segurança e saúde). As últimas unidades certificadas foram as Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) localizadas em Camaçari, Bahia, e Laranjeiras, Sergipe.

As certificações, concedidas segundo padrões internacionais, comprovam a existência nas unidades da Petrobras de um sistema de gestão de segurança, meio ambiente e saúde integrado e comprometido com a prevenção de acidentes, o respeito à legislação e a constante melhoria do desempenho ambiental.

Com as novas certificações, a Petrobras passou a deter sozinha cerca de 10% de todas as certificações ambientais até hoje concedidas no país com base na norma ISO 14001. É também uma das primeiras empresas do setor petrolífero mundial a ter todas as suas unidades certificadas, envolvendo as atividades de "downstream", "upstream", engenharia e pesquisa.

Em 4 de dezembro de 2001, foi lançado pela Petrobras o Programa de Excelência Operacional nas atividades marítimas, cujo objetivo é tornar cada vez mais seguras as operações da empresa no mar. Entre outros temas, o Programa aborda a engenharia de projeto, segurança, estabilidade e lastro, manutenção, operação e recursos humanos.

Em 7 de dezembro de 2001, a Petrobras assinou com o governo do Estado de São Paulo, através da Empresa Metropolitana de Águas e Esgotos, acordo pelo qual investirá R\$ 40.000 na primeira fase de tratamento por meio de flotação das águas do Rio Pinheiros, num trecho de 6 km, entre a represa Billings e a Ponte João Dias, na capital paulista.

Pela segunda vez consecutiva, a Petrobras foi destacada, no final do ano, com o Prêmio Top de Ecologia, um dos mais importantes do País na área ambiental, concedido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). Os trabalhos premiados foram: a primeira bomba de combustível do País movida a energia solar, que entrou em operação no final de agosto, no Rio de Janeiro, e o Projeto Marambaia, que, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, se destina a aumentar a produtividade da pesca artesanal em municípios do Ceará e Rio Grande do Norte.

Por ter reduzido, durante três anos seguidos, o número de acidentes de trabalho, a Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) da Petrobras também foi premiada, em novembro de 2001, pela Agência Brasil de Segurança. A Unidade teve o melhor desempenho em segurança e saúde dentre as diversas empresas do País que atuam na extração de minerais não-metálicos.

No exercício de 2001, os recursos destinados a melhorias nas áreas de segurança, meio ambiente e saúde, dentro do Programa de Excelência Ambiental da Companhia, montaram a R\$ 811.057.

20 Novo ambiente do Setor Gás - Faturamento de gás natural às termelétricas pertencentes ao Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT

Em 1º de junho de 2001, os Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda editaram a Portaria Interministerial nº 176, estabelecendo preços máximos de venda de gás natural para as usinas termelétricas incluídas no Programa Prioritário de Termelétricidade que entrarem em operação comercial até 30 de junho de 2003. O preço máximo se aplicará a, no limite, 40 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural a serem vendidos para todas as termelétricas elegíveis. Cada termelétrica elegível terá direito de compra do gás natural durante um período de doze anos, a preços estabelecidos de acordo com o mecanismo descrito a seguir.

Para cada período de doze meses consecutivos, será definido um preço base, fixo em reais por MMBTU (energia térmica), obtido da conversão de um preço de referência em dólares norte-americanos, por MMBTU, pela taxa de câmbio vigente no início do período de doze meses.

Este preço base, fixo em reais, sofrerá reajuste anual pela variação da taxa cambial do dólar norte-americano e da inflação norte-americana, a ser aplicada sobre a parcela referente ao gás importado, e pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM, a ser aplicada sobre a parcela referente ao gás nacional, definidas na Portaria como sendo 80% e 20%, respectivamente, do volume do "mix" de gás natural a ser fornecido às termelétricas.

Durante o período de doze meses, para cada fatura de gás natural e exclusivamente para a parcela do preço base fixo relativa ao gás importado, o fornecedor calculará as diferenças, positivas ou negativas, considerando a desvalorização ou apreciação do câmbio, respectivamente, entre o valor fixo em reais e o preço de referência em dólares convertido para reais pela taxa de câmbio na data da emissão da fatura.

O valor acumulado dessas diferenças ao final do período de doze meses, para cada térmica, será acrescido da remuneração financeira, calculada com base na taxa de juros SELIC incorrida e, ainda, da remuneração financeira referente à projeção da taxa de juros SELIC para o novo período de doze meses. Este montante será, então, dividido pelo volume de gás com compromisso firme de recebimento previsto para o período de doze meses subsequentes e o valor unitário resultante será incorporado ao preço a ser praticado para este novo período de doze meses.

A parcela dessas diferenças, que não for compensada pelo fornecedor no período dos doze meses subsequentes, será compensada no próximo período de doze meses, acrescida da respectiva remuneração financeira.

O Programa Prioritário de Termelétricidade contempla, especificamente, que as plantas termelétricas poderão repassar para seus consumidores finais quaisquer mudanças no preço máximo resultantes dos ajustes indicados acima.

Não podemos prever o impacto que esta nova regulamentação de preços terá sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

21 Gastos com paralisação não programada

No período de 24 a 28 de outubro de 2001, em função de greve dos empregados, as principais atividades da Petrobras foram parcialmente paralisadas. Em consequência, a produção de óleo e gás no Brasil foi reduzida em cerca de 60%, principalmente nas plataformas da Bacia de Campos. Em relação ao refino de óleo, a produção nacional reduziu 5%.

Os efeitos econômicos devidos à paralisação, apurados pela Companhia, geraram impactos no resultado do exercício de 2001 de R\$ 76.864.

22 Remuneração de dirigentes e empregados da Controladora

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2001, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 24.063,42 e R\$ 670,37 (R\$ 22.616,00 e R\$ 643,85 - 2000), respectivamente. A remuneração média naquele mês foi de R\$ 3.711,25 (R\$ 3.330,89 - 2000).

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2001, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$ 27.672,93 (R\$ 26.008,40 - 2000).

Conselho de Administração

José Jorge de Vasconcelos de Lima

Presidente

Jaime Rotstein

Conselheiro

Eleazar de Carvalho Filho

Conselheiro

Jorge Gerdau Johannpeter

Conselheiro

Francisco Roberto André Gros

Conselheiro

Pedro Pullen Parente

Conselheiro

Gerald Dinu Reiss

Conselheiro

Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena

Conselheiro

Diretoria Executiva

Francisco Roberto André Gros

Presidente

Jorge Marques de Toledo Camargo

Diretor

Antônio Luiz Silva de Menezes

Diretor

José Coutinho Barbosa

Diretor

Irani Carlos Varella

Diretor

Rogério Manso da Costa Reis

Diretor

João Pinheiro Nogueira Batista

Diretor

Marcos Menezes

Contador

CRC-RJ 35.286/0-1

Parecer do Conselho Fiscal

- 1 O Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2001. Apreciou, ainda, as Demonstrações do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, e da Segmentação de Negócios, apresentadas como informações adicionais sobre a Companhia.
- 2 Foi verificado que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2001, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada em 22 de março de 2002, contempla o seu pagamento sob a forma de dividendo e juros sobre o capital próprio. O dividendo total proposto de R\$ 3.584 milhões (R\$ 3,30 por ação ordinária e preferencial), corresponde a 28,3% do lucro básico para fins de dividendo, estando incluídos, neste dividendo, os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.139 milhões. Em 22 de agosto de 2001, a Petrobras distribuiu antecipadamente remuneração aos acionistas no valor de R\$ 1.215 milhões, sendo R\$ 1.108 milhões sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondendo a R\$ 1,05 por ação ordinária e preferencial. Esses dividendos serão descontados dos dividendos propostos para o exercício social de 2001, corrigidos pela taxa SELIC desde a data de seu pagamento até o encerramento do exercício de 2001, totalizando R\$ 1.286 milhões. O saldo de dividendos propostos referente ao exercício de 2001, no montante de R\$ 2.298 milhões, equivalente a R\$ 2,12 por ação, inclui parcela de juros sobre o capital próprio de R\$ 967 milhões aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras, em 20.12.2001, sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes ou isentos, e terão seus valores atualizados monetariamente, a partir de 31.12.2001 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC, atende aos direitos garantidos, estatutariamente (artigo 5º), às ações ordinárias e preferenciais.
- 3 Especificamente, com relação às propostas a serem também submetidas à deliberação dos acionistas, para: I- retenção de lucros - na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, está sendo prevista uma retenção de lucros no Patrimônio Líquido, em Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 6.524 milhões, sendo a parcela de R\$ 6.130 milhões proveniente do lucro do exercício e R\$ 395 milhões do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente a programação anual de investimentos, com base no Orçamento de Capital de 2002, no montante de R\$ 11.313 milhões, aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras, em 03.08.2001; e II- aumento do capital social por excesso de reservas de lucros - as Demonstrações Contábeis da Petrobras, relativas ao exercício social de 2001, revelam que a Companhia apresenta em seu patrimônio líquido, excesso de reservas de lucros sobre o capital social realizado, apurado nos termos do artigo 199 da Lei nº 6.404, uma vez que o capital social realizado atinge a R\$ 13.033 milhões e as reservas de lucros montam a R\$ 15.938 milhões. Com essa situação, torna-se necessário uma redução de nível das reservas de lucros, ajustando-se o valor do capital social aos níveis de investimentos da Companhia. Desta forma está sendo proposta a incorporação de parte das reservas de lucros, no montante de R\$ 3.258 milhões, aumentando o capital social de R\$ 13.033 milhões para R\$ 16.292 milhões, sem modificação do número de ações. Constatou-se que as propostas retro mencionadas não causarão prejuízo aos acionistas no pagamento do dividendo obrigatório.
- 4 Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da Petrobras.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2002

José Manoel Buarque Franco Neto
Presidente

Celso Barreto Neto
Conselheiro

Eduardo Coutinho Guerra
Conselheiro

Leda Maria Deiró Hahn
Conselheira

Luiz Gonzaga Leite Perazzo
Conselheiro

